

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS,
JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

TIAGO TEIXEIRA GOMES

A ORDEM DO CAPITAL E SUA AMEAÇA À CONTINUIDADE DA HUMANIDADE

**MARIANA-MG
2016**

TIAGO TEIXEIRA GOMES

A ORDEM DO CAPITAL E SUA AMEAÇA À CONTINUIDADE DA HUMANIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, desenvolvido sob a orientação do Prof.º. MSc. Roberto Coelho do Carmo.

MARIANA-MG
2016

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

G633o Gomes, Tiago Teixeira
A ordem do capital e sua ameaça à continuidade da
humanidade [manuscrito]/ Tiago Teixeira Gomes.-Mariana,
MG, 2016.
63 f.:

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo
e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Feudalismo - Teses. 2. Investimentos - Teses. 3.
Capitalismo - Aspectos sociais - Teses. 4. MEM. 5.
Monografia. I.Carmo, Roberto Coelho do. II.Universidade
Federal de Ouro Preto. \$b Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas. \$b Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo
e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 330.342.14
: 15
: 1415392

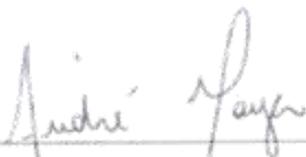
A ORDEM DO CAPITAL E SUA AMEAÇA À CONTINUIDADE DA
HUMANIDADE

TIAGO TEIXEIRA GOMES

ORIENTADOR (A): MS. ROBERTO COELHO DO CARMO

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 03 / 08 / 2016



Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer



Prof. Ms. Rafael Santiago Mendes



Prof. Ms. Roberto Coelho do Carmo

Dedico este estudo a todos os indivíduos que sofrem
com as mazelas do sistema do capital.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Aos meus familiares, aos amigos e colegas do período (12.2). A todos os professores que construíram essa caminhada de debates e de aprendizagem, em especial ao meu orientador Roberto Coelho do Carmo, importante no processo de execução desse trabalho. Agradeço também, a todos que participaram direta ou indiretamente desse trabalho.

RESUMO

Através da análise da dissolução da sociedade feudal, das tensões e agravamentos que aquela sociabilidade em crise nos apresentou, como também do nascente capitalismo (acumulação primitiva), buscamos desenvolver um debate acerca da fase atual do capitalismo, trazendo os elementos da sua sociabilidade e os riscos que eles representam à continuidade da humanidade. Estudar a transitoriedade de modos de produção é uma importante ferramenta para entendermos como uma sociedade em crise pode oferecer riscos à humanidade. Além do entendimento acerca de um modo de produção em crise, foi importante também analisar as teorias que auxiliaram a nascente ordem capitalista e deram-na sustentação. Posteriormente, debater a disjunção que o trabalho assume nessa sociedade com as suas condições exploratórias e destrutivas, de forma a entender os reflexos desse na organização do estágio atual do capital e os reflexos da crise estrutural para a sociabilidade humana. Portanto, fizemos nossa análise em busca de elementos da fase atual do capitalismo que possam representar um perigo à continuidade da humanidade.

Palavras-chave: Feudalismo; Acumulação primitiva; Perpetuidade; Crise estrutural; Capitalismo destrutivo; Capitalismo parasitário.

ABSTRACT

Through the analysis of the dissolution of feudal society, the tensions and aggravations that this sociability in crisis presented, and the emerging capitalism (primitive accumulation), we intend to promote a debate over the current phase of capitalism, presenting the elements of its sociability and the risks those elements represent to the continuity of humanity. Studying the transition of modes of production is an important tool to understand how a society in crisis can pose risks to humanity. In addition to the understanding of a mode of production in crisis, it was also important to analyze the thoughts and theories that supported the nascent capitalist order. Later, we discuss the disunity that work exerts in this society, through exploitative and destructive conditions, in order to understand its effects on the organization of the current phase of capitalism and the effects of the structural crisis on human sociability. Therefore, we did our analysis in search of elements from the current phase of capitalism that may pose a danger to the continuity of humanity.

Keywords: feudalism; primitive accumulation; perpetuity; structural crisis; destructive capitalism; parasitic capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1- HISTÓRICO DAS ÚLTIMAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS: DO FEUDALISMO AO “FIM DA HISTÓRIA”	10
2-CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO	33
2.1- Trabalho e ser social	33
2.2- Trabalho na ordem do capital.....	37
3- A SOCIABILIDADE DA ORDEM DO CAPITAL	45
3.1- Crise estrutural e sociabilidade burquesa	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Propomos analisar as condições destrutivas que o modo de produção capitalista pode representar à continuidade da humanidade. Para isso, primeiramente, buscamos trabalhar a dissolução da sociedade feudal e as possibilidades que essa dissolução nos trazem para debater o estágio crítico do modo de produção atual.

Posteriormente, passamos pela acumulação primitiva do capital e a manutenção das condições exploratórias e de miserabilidade que essa impôs a humanidade para estabelecer um sistema destrutivo e exploratório.

Analisamos também nesse primeiro momento, as teorias de perpetuidade desse sistema, que deram sustentação a essa lógica de acumulação e interpretaram e deram subsídios para que esse sistema se desenvolvesse. Trouxemos também, o debate acerca da disjunção que esse modo de produção traz em relação ao trabalho, para que pudéssemos entender qual a lógica desse sistema frente a humanidade.

Por fim, buscamos uma análise do atual estágio do capitalismo tentando trazer os perigos que esse pode acarretar à humanidade. É o que veremos nos capítulos que se seguem. Não buscaremos ser deterministas, afirmando que a não superação dessa ordem ocasionará na derrocada da humanidade. Apenas queremos trazer mais elementos para contribuir com o debate sobre a superação dessa ordem, entendendo que essa sociabilidade precisa ser superada.

1- HISTÓRICO DAS ÚLTIMAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS: DO FEUDALISMO AO “FIM DA HISTÓRIA”¹

Nesse capítulo iremos trabalhar a crise do feudalismo e os elementos do processo de transição dessa ordem societária para a sociedade capitalista. Como também, analisaremos alguns teóricos que deram sustentação a ideia de perpetuidade do modo de produção capitalista nascente, assim como de teóricos que sucederam essas análises. Iniciaremos pela contextualização do feudalismo antes de buscar os elementos do processo transitório que serão importantes para nossa análise.

O feudalismo tem como marco histórico a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., que colocou fim a “Antiguidade clássica”. A queda desse Império se dá por diversos fatores, mas podemos destacar, a partir de Netto e Braz (2011), como principais: a crise do sistema escravista, que levou a substituição desse pelo sistema de colonato. De forma que com essa crise passa-se a ter uma imensa população de “precarizados” e grandes proprietários de terra, que oferecem a terra e proteção em troca do excedente de trabalho. Essa forma de produzir a vida material se tornaria a base do sistema feudal. Outro fator, foram as “invasões bárbaras” que ruíram a solidez desse império. Essas características se estenderam a outros impérios e ao cabo de um período de transição chegou-se a demarcada Idade Média e ao feudalismo.

A base de produção do feudalismo consistia no feudo, que era a unidade de produção desse sistema. O feudo consistia em grandes faixas de terra sujeitadas aos produtores diretos, servos. E pertenciam aos senhores feudais, donos da terra, que cediam essa terra em troca do excedente que seria produzido pelo servo e em troca de proteção.

[...] a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e os servos – e é preciso recordar que a Igreja Católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza e com ela se identificava, detinha grandes extensões de terras, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder. (IDEM, p.78 e 79)

A Igreja Católica era a fonte de dominação do período, detinha grandes propriedades e também o caráter ideológico da vida social. A religião ainda é uma poderosa fonte de controle

¹ Nessa introdução sobre o feudalismo foram utilizados como fonte: (VICENTINO, Claudio. 2000) e também (NETTO E BRAZ, 2011). Na argumentação sobre a passagem do sistema feudal a acumulação primitiva, além destes, utilizamos também (MARX, Karl. 1991) e (WOOD, Ellen. 2001).

ideológico, mas na sociedade capitalista não é a principal. Veremos mais sobre isso nos próximos capítulos.²

Retomando a produção material da vida do período feudal, a exploração dos servos, em busca de um crescente excedente era muito grande. Além do trabalho nas terras, era necessário a produção de um grande excedente para sustentar os impostos pagos e também o dízimo. Uma pequena parte dessa produção era retirada para a sua subsistência.

Mas também no regime feudal o excedente produzido pelos servos era expropriado mediante o monopólio da violência (real e potencial) exercido pelos senhores que, ademais, administravam a justiça no limite dos seus feudos. **Todos os testemunhos históricos documentam a vida miserável que então cabia aos servos, bem como o ódio que devotavam a seus senhores, a quem deviam, ainda, o compromisso de não se afastar dos feudos (com efeito, o servo estava “preso à terra” e as mudanças ou fugas eram duramente punidas).** (IBID, p.79. Grifo nosso)

Como observado na citação acima, o compromisso do servo com a terra era duradouro e as fugas eram alvos de punição. O senhor feudal dispunha do poder de julgar todas as situações que ocorriam nas suas terras, assim o pacto do servo pela terra e proteção geravam para ele esse aprisionamento. Para o senhor feudal era a forma de possibilitar um excedente econômico que permitisse a troca de artigos com os outros feudos e para manutenção do seu estilo de vida.

Cabe ressaltar ainda a desproteção desse sistema, que segundo Vicentino (2000), dependia de condições de produção que permitissem boas colheitas, pois em momentos de alterações climáticas e em momentos de grandes surtos de doenças geravam grande perda nas colheitas. O que representava perda econômica e agravamento das condições materiais. Assim, esse sistema não tinha condições de garantir a reprodução material da vida de todos, entrava em grandes crises de produção constantemente. Uma das diferenças desse para o capitalismo é a capacidade que o capital tem de garantir a reprodução material de todos, mas não o faz, pois, o capital precisa do excedente para o lucro. Já no feudalismo, a produção não atendia a todos, o sistema dependia de boas condições naturais para se alcançar “bons resultados”.

O feudalismo começou a se deteriorar na chamada Baixa Idade Média, período que vai do século X ao XV. Nesse período, continuando a argumentação que Vicentino (2000) nos traz, alguns fatores contribuíram para crise desse sistema e entrada num processo de transição para o capitalismo. O crescimento demográfico, gerado pelo controle das invasões de povos

² A religião na Idade Média era a principal fonte de dominação e controle ideológico. No capitalismo a religião assume um papel de controle ideológico, mas nessa sociedade é a relação de dominação da força de trabalho e a alienação da mesma frente o processo de trabalho, que subvertem o controle ao capitalista.

na Europa e o controle das epidemias geraram um aumento demográfico que não foi acompanhado por uma produção que atendesse essa demanda. O que causa a expulsão dos excedentes de população nos feudos por parte dos senhores feudais. Essa população, se estabelece nas cidades ou forma grupos de saqueadores. Houve também um aperfeiçoamento de técnicas ocasionados pela necessidade de maiores excedentes, o que ia mudando o formato rígido da sociedade feudal.

O movimento das Cruzadas³ foi um importante fator para o Renascimento Comercial europeu (principalmente nas cidades italianas e do Flandres Ocidental), como nos mostra Vicentino (2000). Pois, proporcionou o contato da Europa com o Ocidente saindo do sistema rígido de trocas internas e estabelecendo uma rede de comércio. Esse fator aumentou a circulação de moedas, o que desorganizou o sistema de trocas do feudalismo. Outro fator é o Renascimento do pensamento, saindo das amarras da Igreja Católica em busca de um ideal humanista, diversas produções teóricas e artísticas nesse sentido. Como também o Renascimento Urbano, o crescimento de vilas e cidades, os burgos, as cidades fortificadas, onde moravam os burgueses, classe que dominava o comércio e que empreendeu uma luta contra os senhores feudais pelo protagonismo de suas cidades.

Existiram também outros fatores, a partir de Vicentino (2000), como: as nascentes corporações de ofício, a formação das monarquias, os exércitos profissionais reais substituindo a proteção dos senhores feudais e entre outras mudanças que afetaram o feudalismo. Todas elas ocorreram ao longo dos séculos X ao XV e não foram assimiladas pelo feudalismo que acabou entrando em colapso e foi sendo substituído ao longo dos séculos pelo capitalismo.

Como marco histórico de término do feudalismo, costuma-se utilizar o ano de 1453, ano da retomada de Constantinopla pelos Turcos. Esse período que vai de 1453 a 1789 (início da Revolução Francesa) classifica-se como Idade Moderna, fase que comunga aspectos do feudalismo em deterioração e características da ordem capitalista nascente.

Na argumentação que se segue, analisaremos como a crise do feudalismo e a “pré-história” do capitalismo, a acumulação primitiva, geraram sofrimento a organização social da época. Posteriormente, analisaremos os pensadores da nascente ordem capitalista e que contribuíram para o estabelecimento dessa ordem, buscando o entendimento acerca da

³ “O movimento cruzadista é, geralmente, definido como uma série de expedições armadas realizadas pelos cristãos contra os muçulmanos, com o propósito de romper o cerco a que vinham submetendo a Europa desde o século XIII.” (VICENTINO, 2000, p.133). Além desse caráter religioso, proporcionou o avanço do comércio na Europa, reativando rotas comerciais. Algumas cruzadas, como a dos mendigos e das crianças, tinha um caráter de limpeza social por trás das motivações religiosas.

chamada ordem natural e perpetuidade da mesma. Como também, tentar entender a crítica de Marx com relação a estes, criando possibilidades para o debate que estamos construindo.

Como ressaltado anteriormente, o feudalismo tem como marco histórico de finitude, a retomada de Constantinopla pelos Turcos. Pela dificuldade de se precisar um momento de transição existem análises que divergem com relação a esse marco histórico. “A crise do feudalismo abre-se no século XIV, num processo extremamente complexo – e, até hoje, objeto de controvérsias e polêmicas – que só culminará, em termos históricos universais, no final do século XVIII. ” (NETTO E BRAZ, 2011, p. 80).

A necessidade de se organizar o calendário histórico em épocas do desenvolvimento humano levou a essa periodização por marcos históricos. Assim, a Modernidade, ressaltada anteriormente, seria esse período que comunga características do feudalismo em ruínas e características da nascente sociedade capitalista. Nas palavras de Marx, “Enquanto o capital é fraco, ele próprio procura ainda apoiar-se nas muletas dos modos de produção do passado [...] Tão logo ele se sente forte, joga as muletas fora e se movimenta de acordo com as suas próprias leis. [...] ” (MARX, 2011, p.873 e 874). Ou seja, nenhum processo de superação de uma organização social para outra se dá de forma imediata. Foram necessárias diversas mudanças, do século XIV ao XVIII, que conduzisse ao estabelecimento de uma nova ordem societária.

Desse modo, pensar transitoriedade das formas de sociabilidade parece-nos central a este trabalho. Pois, o debate acerca do período de transição do feudalismo para as formas pré-capitalistas é uma importante ferramenta de análise da possibilidade da derrocada da humanidade frente à sociabilidade capitalista. Podemos tirar desse processo de transição elementos que possibilitem a análise da sociedade capitalista.

Toda forma de sociabilidade que entra em crise tende a agravar enormemente os sofrimentos da humanidade. E até mesmo aqueles que se beneficiam de um sistema social em crise não deixam de ser atingidos por problemas de toda ordem. (TONET, 2009, p.1. Grifo nosso).

É isso que pretendemos captar nesse capítulo. A crise de uma sociabilidade agrava os sofrimentos daqueles que fazem parte da mesma. Buscaremos evidenciar aspectos do processo de transição do feudalismo as sociedades pré-capitalistas e ao capitalismo. Tentando entender como essa crise afetou a vida dos homens dos séculos XIV ao XVIII.

Dessa análise, desprenderemos outra. *No feudalismo, os senhores feudais e aqueles que detinham o controle dessa organização, tentaram barrar o surgimento das sociedades pré-capitalistas, mas nesse período histórico não tínhamos a possibilidade de destruição de*

toda a humanidade como temos hoje. Obviamente o potencial destrutivo na contemporaneidade, no modo de produção capitalista maduro, é muito maior do que aquele do fim do feudalismo e transição as formas pré-capitalistas. Ainda não existia ali um sistema global de relações integradas, ou seja, a crise daquela sociedade, não poderia levar toda a humanidade ao colapso. Pelo fato daquele sistema estar em grande parte concentrado apenas na Europa.

Retomando a crise do feudalismo, vimos que essa se deu por um conjunto de fatores. Mudanças nas formas de organização da vida levaram esse modo de produção a um processo de intensas transformações que não foram assimiladas pelo mesmo. Esse processo gerou um cenário de sofrimento para aquela sociedade, as guerras camponesas evidenciaram esse processo de crise aguda da sociedade feudal e das suas relações sociais.

O levante dos camponeses, servos, contra o aumento do processo de exploração daquela sociedade em busca do excedente, evidenciava que as relações sociais estavam passando por um processo tenso. Como observado a partir de Vicentino (2000), a maioria desses levantes estavam relacionados com a ampliação do sofrimento⁴, a exploração aos camponeses no processo de trabalho e no aumento dos impostos. As Cruzadas que representavam a possibilidade no plano econômico de expandir o comércio, contribuíram também para a Peste Negra. Essa epidemia que dizimou a população europeia gerava um cenário de rebaixamento nas colheitas e criava a necessidade por parte dos senhores feudais de aumentarem os impostos, como forma de manter o seu padrão de vida. Nas cidades da época isso representava a diminuição do consumo e rebaixamento de salários. Soma-se a isso a Guerra dos Cem Anos⁵ que mais tarde vai ampliar esse cenário de agravamento social.

Pouco antes da guerra, durante os anos de 1315 a 1317, houve um período de extrema penúria na Europa, chamado de a Grande Fome. Uma serie de más colheitas havia comprometido a já insuficiente produção agrícola. Mesmo nas décadas posteriores a esse período, a fome foi uma presença constante na sociedade europeia. A população, desnutrida, tornava-se suscetível a toda sorte de doenças. As péssimas condições de higiene favoreciam a rápida propagação dessas doenças, transformando-as em verdadeiras epidemias. **O mais terrível desses surtos epidêmicos foi a chamada peste negra, que matou não menos que 25 milhões de pessoas (um terço da população europeia) entre 1347 e 1350.** (VICENTINO, 2000, p.144. Grifo nosso)

⁴ Falamos de sofrimento aqui como resultado de um processo de crise de sociabilidade. A ampliação da fome, pestes, mortes, falta de condições para garantir a sobrevivência (no caso inglês, a partir da expropriação dos servos de sua base). De um colapso social que retirou a estabilidade da ordem feudal.

⁵ “As velhas disputas entre ingleses e franceses pela posse de determinados territórios da França acabaram culminando na Guerra dos Cem Anos, cujos efeitos foram desastrosos para o conjunto da população europeia.” (VICENTINO, 2000, p.143). A Guerra dos Cem Anos durou entre 1337 a 1453.

As primeiras guerras camponesas dentro desse período de acirramento do sofrimento na sociedade feudal se dão no Flandres Ocidental por volta de 1320, como observado em (NETTO E BRAZ, 2011, p.81). Nesse mesmo ano, na Bélgica, jornaleiros já se rebelavam contra esse agravamento das condições de vida sob aquela sociabilidade.

A Guerra dos Cem anos ampliou ainda mais esse cenário de sofrimento,

Nesse período, a situação dos franceses era desoladora: as despesas com a guerra, a estagnação do comércio e a disseminação da peste negra agravaram ainda mais as condições miseráveis em que vivia o povo. A burguesia de Paris, responsabilizando a aristocracia pelas constantes derrotas sofridas, reivindicava maior participação nas decisões do governo. No interior, as revoltas camponesas foram a resposta de milhares de servos a séculos de opressão feudal. (IBID, p.145)

O levante do campesinato francês “*a Grande Jacquerie*”⁶, o conflito mais importante, representou a luta contra esse agravamento das condições de vida daqueles camponeses. Além disso, representou também o desgaste de anos na relação entre senhores feudais e servos. Quando falávamos na introdução desse capítulo sobre as condições de vida desses servos nos feudos, ressaltamos essa relação tensa entre esses dois estamentos, o que levava a muitas fugas dos camponeses, dada a insatisfação com as condições de vida e a exploração por parte do senhor feudal.

A Inglaterra que estava envolvida na Guerra dos Cem Anos também teve os seus levantes camponeses, o mais significativo ocorreu em 1381, “*a rebelião de Wat Tyler*”.

Os incessantes aumentos nos impostos, motivados pela necessidade de custear a Guerra dos Cem Anos, foram o estopim para que se deflagrasse, em 1381, uma rebelião contra os senhores feudais. Liderados por Wat Tyler e pelo padre John Ball, os camponeses marcharam para Londres, com o propósito de exigir do rei Ricardo II a abolição da servidão e o fim dos impostos e dos cercamentos. O rei e a nobreza reagiram violentamente, arrasando aldeias inteiras e executando milhares de pessoas. Após esse episódio, a servidão e as obrigações servis foram amenizadas por um momento, entretanto ampliadas posteriormente, além da manutenção da política dos cercamentos, o que resultou em novas e violentas lutas sociais por direitos e liberdade, continuando pelos séculos seguintes. (Idem, p.148)

Ainda tivemos levantes camponeses na Catalunha em 1462, a insurreição do campesinato calabrês em 1469 e na Alemanha as guerras camponesas de 1525 (NETTO E BRAZ, 2011, p.81). Todos esses levantes, cada qual com suas características estavam relacionados a ampliação do sofrimento da vida desses servos na organização feudal. O

⁶ “As rebeliões camponesas ficaram conhecidas como **jacqueries**, em alusão a **Jacques Bonhomme**, expressão que os nobres franceses usavam para designar o homem do campo e que poderia ser traduzida em “joão-ninguém”. A mais importante jacquerie eclodiu em 1358, quando milhares de camponeses rebelaram-se contra seus senhores, destruindo inúmeros castelos e exterminando seus habitantes. A contra-ofensiva dos nobres não tardou: apoiados pelo exército real, sufocaram a rebelião, executando mais de vinte mil pessoas.” (VICENTINO, p.148. Grifos originais)

aumento dos impostos e o agravamento daquela sociabilidade foram o estopim para várias dessas crises.

As raízes das crises desse período estavam ligadas às transformações da Baixa Idade Média e a incapacidade do feudalismo de assimilar essas mudanças. No século XIV, as guerras, como a Guerra dos Cem Anos, e a peste negra dizimavam a população europeia desenhando uma conjuntura explosiva com rebeliões de servos, falta de mão-de-obra, fome e massacres. (IDEM, p.154)

A partir daqui temos a derrocada da sociedade feudal. É possível notar a partir desses diversos levantes camponeses, como a crise de uma sociedade agrava a sociabilidade tanto dos produtores diretos como também daqueles que detém o controle dessa sociedade, certamente os primeiros sofrem ainda mais com esse processo. *A humanidade sobreviveu as crises do feudalismo e seus efeitos na análise que estamos propondo, pelo fato desse sistema estar concentrado na Europa e seu desenvolvimento ainda não possibilitar o colapso total.*

A dificuldade de assimilar essas mudanças e a falta de instituições que pudessem controlar essa conjuntura explosiva, solapou a sociedade feudal. A Baixa Idade Média representou a expansão e o colapso da sociedade feudal, criou-se, a partir dos vários fatores que trabalhamos anteriormente, um processo de desenvolvimento que transcendia o entendimento das suas consequências a época. Como observamos, as relações sociais desse sistema em crise estavam desgastadas e aquilo que era controlável até então, passou a não ser. Os levantes camponeses representaram a luta contra o agravamento das condições sociais e a necessidade de mudança de uma conjuntura insustentável.

Continuaremos retratando esse processo de aviltamento da sociabilidade, passando dos levantes camponeses para a pré-história do capitalismo, a acumulação primitiva. Focando no desenvolvimento histórico da Inglaterra nesse período.

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela [...] O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (MARX, 1996b, p.340,341 e 342)

Quando falamos da crise do feudalismo nos referimos a mudança na forma de produzir as condições materiais e o surgimento de uma nova classe social, a burguesia, e com ela a

expansão do comércio. Fatores que contribuíram para o esgotamento da sociabilidade feudal. Marx, no capítulo XXIV de *O Capital*, nos traz que a acumulação primitiva é o momento da separação do produtor e dos meios de produção. É o momento da história que constrói as bases para o surgimento do capitalismo, na Inglaterra, na sua forma clássica.

O feudalismo na Europa, mesmo na Europa Ocidental, era internamente e produziu diversos resultados diferentes, apenas um dos quais foi o capitalismo. Não se trata apenas de índices diferentes de “desenvolvimento conjunto e desigual”[...] Nos casos em que elas desembocaram no capitalismo, isso se deu somente ao entrarem na órbita de um sistema já existente e das pressões que ele conseguiu impor a seus rivais políticos, militares e comerciais. (WOOD, 2001, p.75)

Os cercamentos ingleses que se iniciaram ainda na Idade Média e foram a base do processo de retirada dos servos do campo e que mais tarde culminou com o aumento da mão-de-obra para o processo de industrialização. Representava já na Idade Média, o aumento do banditismo e da “vagabundagem”, como observado por (Marx, 1991), e que foram reprimidos por diversas leis no decorrer dos séculos. Mas, antes de adentrarmos no que representou os cercamentos, vamos falar do “melhoramento” (*improvement*) das terras e o novo sentido que esse dá a relação com a produção.

[...] o melhoramento [**das terras**] significava um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo. Significava, em termos ainda mais fundamentais, novas formas e concepções da propriedade. Para o latifundiário empreendedor e seu próspero arrendatário capitalista, o cultivo “melhorado” significava, idealmente, ainda propriedades rurais e mais concentrada. Certamente significou a eliminação de antigos costumes e práticas que interferiam no uso mais produtivo da terra. (WOOD, 2001, p. 90. Grifo nosso)

Dessa forma, o “melhoramento” contribuiu para a expansão dos latifúndios capitalistas e como consequência “limpou” essas terras dos entraves feudais que não permitiam um uso mais produtivo. Pois, além das novas técnicas de produção na terra, o “melhoramento” significava dar as terras novas formas de acumulação. Tornar essas terras mais produtivas, diversificando o sentido tradicional de propriedade feudal. Não no sentido capitalista desenvolvido de aproveitamento da terra, mas como processo que na Inglaterra estabeleceu as bases para o desenvolvimento do nascente capitalismo. Para os servos, isso representou a expulsão dos seus postos de trabalho e aumento da instabilidade daquela sociabilidade.

Os cercamentos, surgiram dessa necessidade de dar novo sentido a produção feudal, da tentativa de retirar novas formas de acumulação para além das tradicionais. Como nos mostram Netto e Braz (2011, p.81), “as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se à base da redução de áreas para pecuária”.

Isso nos traz à mais famosa redefinição dos direitos de propriedade: o cercamento. É comum pensar-se no cercamentos como a simples colocação de cercas em volta das terras comunais ou dos “campos limpos” que caracterizavam algumas partes do interior da Inglaterra. Mas ele significou a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos direitos comunais e consuetudinários de uso dos quais dependia a sobrevivência de muitas pessoas [...] Mas ele continua a ser a expressão mais vivida do processo implacável que estava modificando não apenas a zona rural da Inglaterra, mas o mundo: o nascimento do capitalismo. (WOOD, 2001, p.91)

Ou seja, os cercamentos expulsaram dos campos os servos e tiveram como argumento de instauração o aumento do banditismo e dos “vagabundos”, como observou Marx no capítulo XVIV. Números que aumentaram consideravelmente nesse período exatamente por essa política de dar novas formas de acumulação à terra.

Na Inglaterra, a servidão tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido. A grande maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse a etiqueta feudal que ocultasse sua propriedade [...] Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. Também estes eram, ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres além do *cottage* [...] Além disso, junto com os camponeses propriamente ditos, gozavam o usufruto das terras comunais, em que pastava seu gado e que lhes forneciam ao mesmo tempo combustíveis, como lenha, turfa etc. O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, “por toda parte enchiam inutilmente casa e *castelo*”. (VICENTINO, 2000, p. 342 e 343. Itálicos originais)

Os cercamentos e o “melhoramento” culminaram na criação desses servos livres que mais tarde seriam incorporados pelas nascentes corporações e entrariam posteriormente no processo de industrialização. Representaram a expropriação dos servos da sua base fundiária para criação de ovelhas ou para o cultivo de terras aráveis e deram potencial de expansão do nascente capitalismo inglês a partir do século XVI.

O cercamento continuou a ser uma grande fonte de conflito na Inglaterra do início da era moderna, quer servisse a criação de ovelhas, quer ao cultivo de terras aráveis, cada vez mais lucrativos. As revoltas contra ele pontuaram os séculos XVI e XVII e o cercamento despontou como uma grande fonte de ressentimento na Guerra Civil Inglesa. (WOOD, 2001, p.91)

Os cercamentos na Inglaterra, ainda no período feudal, representavam a deterioração da sociabilidade e causou grande tormento aos ex-servos, agora livres, e futuros proletários. Esses cercamentos continuaram durante os séculos XVIII e XIX causando ainda mais revoltas e maior sofrimento, nesse período com um capitalismo mais estabelecido. Acerca disso, Marx nos traz um interessante relato que resume bem esse período dos cercamentos.

No século XVIII, foi simultaneamente proibida a emigração dos gaélicos expulsos da terra com o fim de impeli-los à força para Glasgow e outras cidades fabris. Como exemplo do método dominante no século XIX, bastam aqui as “clareações” levadas a cabo pela duquesa de Sutherland. Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagem de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. A duquesa foi tão longe com seus nobres sentimentos a ponto de arrendar por 2 xelins e 6 pence, em média, o acre de terra às pessoas do clã que desde séculos tinham vertido seu sangue pela família. Ela dividiu toda a terra roubada ao clã em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas, cada um habitado por uma única família, na maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas. Aquela parte dos aborígenes que foi jogada na orla marítima procurou viver da pesca. Eles se tornaram anfíbios e viviam, como diz um escritor inglês, metade sobre a terra e metade na água e viviam, com tudo isso, apenas a metade de ambas. Mas os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais caro por sua idolatria romântica montanhosa pelos “grandes homens” do clã. O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Farejaram algo lucrativo por trás dele e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez. (MARX, 1996b, p.353 e 354)

O que tentamos captar nesses tópicos iniciais é que a crise de uma sociabilidade agrava o sofrimento, o tormento daqueles que estão inseridos nela. A crise do feudalismo, com seus levantes camponeses contra a fome, más condições, exploração e expropriação evidenciaram isso. E mesmo a luta dos senhores feudais contra a burguesia, as epidemias e as péssimas condições de garantia da sobrevivência. Não foram capazes e não seriam capazes de levar a humanidade ao colapso total, porque o feudalismo era uma organização que estava concentrado essencialmente na Europa. E se tivessem levado a humanidade ao colapso total, acreditamos que a levaria a um outro tipo de desenvolvimento de organização produtiva e social.

O feudalismo e o nascente capitalismo, da acumulação primitiva, embora tenham tensionado e ampliado a luta entre classes, *ainda não tinham o poder destrutivo de um modo de produção maduro*. Certamente, as revoltas da Alta Idade Média foram menos reprimidas do que os levantes da Baixa Idade Média, pois já tínhamos ali um feudalismo mais maduro. Não obstante, todas as revoltas foram massacradas pelos senhores feudais e pelos reis. Existia no feudalismo maduro, um poder de controle e repressão maior. Mas, ele não seria capaz de levar a humanidade ao colapso pelos motivos já citados. Não estamos pensando aqui somente no poder de repressão do Estado capitalista. Tentaremos mostrar nos próximos capítulos

como esse sistema, que acreditamos que está em um processo de crise aguda, é um potencial destrutivo da humanidade.

Mas, antes de avançarmos a respeito do potencial destrutivo dessa sociabilidade, analisaremos os teóricos que deram sustentação a nascente ordem capitalista, buscando entender as análises do capitalismo como ordem natural e perpetua. E posteriormente, analisar as teorias que precederam esses teóricos e seguiram a mesma tendência. Trazendo também a crítica de Marx e a crítica que estaremos propondo nos próximos capítulos.

Todo aquele cenário de mudanças citado anteriormente, iniciado na crise da Europa feudal, passando pelas formas pré-capitalistas de produção e posteriormente ao capitalismo, precisaram de uma produção intelectual que buscasse entender as novas configurações sociais essas produções teóricas foram a partir do liberalismo. Como também, a partir da economia política, que se coloca como ramo que estuda o funcionamento dos processos econômicos. O liberalismo representou o pensamento burguês, traçando perspectivas a respeito da acumulação capitalista e norteamentos e possibilidades da mesma. Já a economia política, tentou desvendar os processos que permeavam essas relações de produção.

As bases do liberalismo, que tinham surgido com o Iluminismo, contestavam o mercantilismo e defendiam os princípios burgueses: propriedade privada, individualismo econômico e de produção, respeito às leis naturais da economia, liberdade de comércio e de produção, **respeito às leis naturais da economia**, liberdade de contrato de trabalho (salários e jornada) sem controle do Estado ou pressão dos sindicatos. Seus teóricos eram os ferrenhos defensores da economia de mercado. (VICENTINO, 2000, p.290. Grifo nosso)

Como observado, os teóricos do liberalismo deram sustentação teórica ao impulso de acumular do capital. A “*mão invisível*” de Adam Smith, teórico que veremos mais adiante, representava uma economia sem restrições, sem a interferência do Estado. Que ficaria com poucas atribuições, como nos traz Vicentino “somente zelar pela propriedade e pela ordem, já que a harmonização dos interesses individuais ocorreria por uma “**mão invisível**” levando ao bem-estar coletivo” (2000, p.290. Grifos originais).

Teorias como essa construíram a base do pensamento liberal que deu sustentação ao desenvolvimento do capitalismo. Impulsionaram a possibilidade de ampliação da acumulação do capitalismo, ao justificarem e darem sentido ao processo.

As respostas usuais à pergunta que nos colocamos não deixam dúvidas: **o liberalismo é a tradição do pensamento que se situa no centro de suas preocupações a liberdade do indivíduo**, desconsidera ou pisoteada pelas filosofias organicista de diferente orientação. (LOSURDO, 1941, p.13. Grifo nosso)

Quando Losurdo (1941), filósofo italiano, se coloca a pergunta: “O que é o liberalismo?”, em “*Contra-História do Liberalismo*”. Chega a resposta usual de que o liberalismo é a tradição do pensamento que tem como centro de suas preocupações a liberdade do indivíduo. O mesmo autor questiona qual o conceito de liberdade seria esse, que levou vários dos pensadores do liberalismo a concordarem com a escravidão, por exemplo.

Tentaremos captar o conceito de ordem natural a partir de Locke (“pai do liberalismo”), Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus. Certamente a pergunta colocada por Losurdo em forma de provocação e que o próprio tem as respostas, serão respondidas por John Locke.

John Locke, no seu “*Segundo tratado sobre o governo*”, trouxe concepções teóricas acerca do surgimento de novas formas de propriedade nascentes no capitalismo agrário inglês.

Embora que a terra e tôdas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão êle mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dêle. Seja o que fôr que êle retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhenmisturado ao próprio trabalho, juntatando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-a propriedade dele. (LOCKE, 1963, p.20)

Dessa forma, Locke argumentava que a partir do momento que o homem retira de algo que foi dado por Deus, o meio natural, e dá a esse meio por intermédio do trabalho uma nova configuração. Isso se torna sua propriedade, propriedade privada do indivíduo que fez essa transformação.

Locke se engajou na defesa da ordem natural, de retirar a terra do seu “estado inculto” e dar a ela liberdade para que pudesse acumular mais.

Deus, que deu o mundo aos homens em comum, também lhes deu razão para que o utilizassem para maior proveito da vida e da própria conveniência. Concedeu-se a terra e tudo quanto ela contém ao homem para sustento e conforto da existência. [...] Deus a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, **melhorá-la** para benefício da vida, e nela dispor algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. [...] **Ninguém se julgaria prejudicado porque outro homem bebesse, embora fosse longo o trago, se dispusesse de um rio inteiro da mesma água para matar a sede; e o caso da terra e da água, quando há bastante para ambos é perfeitamente.** (IBID, p.19, 22 e 23. Grifo nosso)

Assim, se o indivíduo utilizasse a terra no intuito de torná-la mais produtiva, ele estava fazendo o que era natural. Retirando ela do seu estado natural e dando a ela um salto produtivo. Não importava se esse *melhoramento* se desse por meio da expulsão dos camponeses de seus postos de trabalho. Se isso foi feito com o impulso para aumentar e melhorar a produtividade, era válido.

Assim esta lei da razão torna o veado propriedade do índio que o matou; permite-se que pertençam os bens àquele que lhes dedicou o próprio trabalho, embora anteriormente fossem direito comum de todos. **E entre os que consideram como a parte civilizada da Humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivos para a determinação da propriedade, ainda vigora esta lei original da natureza, para o início da propriedade do que antes era comum [...]** (IDEM, p.21. Grifo nosso)

As leis positivas que emanaram da lei natural, ou seja, as leis que estabeleceram a divisão e repartição das propriedades e que autorizam a apropriação dos bens comuns e da propriedade privada a qualquer custo, desde que se conceda sentido produtivo a essas terras. Nas tribos indígenas, geralmente, o alimento caçado é repartido entre todos, Locke entende que o sujeito pode acumular o quanto ele achar necessário, desde que ele consiga tomar conta de tudo aquilo que ele tem.

A tudo quanto existe de bom que a natureza fornece em comum qualquer pessoa tem direito, conforme dissemos já, nas quantidades de que possa usar, **adquirindo a propriedade sobre tudo o que pode levar a efeito pelo trabalho; pertencia-lhe tudo aquilo a que a sua indústria era capaz de estender-se, a fim de modificar o estado em que a natureza o dispôs.[...] Tinha somente de ter o cuidado de usá-las antes de se estragarem, para não tomar parte maior do que lhe cabia, com prejuízo de terceiros.** E na realidade era estrambótico, tanto quanto desonesto, guardar mais do que pudesse utilizar. [...] Ainda mais, se trocasse as nozes por um bocado de metal, cuja côr lhe agradasse, ou os carneiros por conchas ou a lã por uma pedra cintilante ou um diamante, e guarda esses objetos durante toda a vida, **não invadiria os direitos de terceiros;** [...]. (IBID, p.31. Grifo nosso)

Ou seja, para Locke apenas aquilo que se produzia a partir do melhoramento da produção, da retirada da terra do seu estado inculto para um estado mais produtivo, através do trabalho. E que lhe dava o direito de posse, só poderia ser contestado a partir do desperdício. Porque Deus não agradaria do desperdício, de se obter mais do que poderia acumular.

Mas, se esse ao invés de desperdiçar a sua produção fizesse uma troca do seu excedente com outros, ou comprasse algo a partir disso ou doasse a alguém. Não estaria fazendo mal a ninguém e tomando propriedade de ninguém, pois apenas trocou aquilo que tinha em excesso e que perderia, por outra coisa que precisava. Assim, o desperdício é o único freio para acumulação privada.

Locke é confuso também quanto a relação trabalho e produtor direto. Na citação abaixo, num primeiro momento, ao dizer que o trabalho que tira uma coisa do estado natural e lhe confere uma nova forma, essa se torna de sua posse. Mas, num segundo momento, considera que se ele comprou a força de trabalho dos seus empregados, aquele trabalho lhe pertence de direito. Sendo ele o produtor, pois ele que deu início ao processo, ele comprou aquela força de trabalho.

Seja o que fôr que êle retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturada ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-a propriedade dele. [...] Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros. [...] **Assim a grama que o meu cavalo pastou, a turfa que o criado coutou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a êle tenho direito em comum com outros, tornam-se minha propriedade sem a adjudicação ou consentimento de qualquer outra pessoa. O trabalho que era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixaram a minha propriedade sobre êles.** (IDEM, p.20 e 21. Grifo nosso)

Ellen Wood nos esclarece acerca dessa mesma passagem.

Esse é um aspecto em que vale a pena nos determos. Um dos modos de entender aonde Locke pretende chegar é considerar o uso comum da língua nos dias atuais. Quando as páginas financeiras dos jornais diários falam de produtores, em geral não pretendem referir-se aos trabalhadores. Na verdade, é provável que falem de conflitos, por exemplo, entre produtores de automóveis e trabalhadores da indústria automobilística ou seus sindicatos. Os empregadores de mão-de-obra, em outras palavras, recebem o crédito pela produção. Estamos tão acostumados a esse uso que não percebemos suas implicações, mas é importante ter em mente que algumas condições históricas muito específicas foram necessárias para possibilitá-lo. As classes dominantes tradicionais das sociedades pré-capitalistas, que se apropriavam passivamente da renda dos camponeses dependentes, jamais pensariam em si mesmas como “produtoras”. **O tipo de apropriação que se pode chamar de “produtor” é caracteristicamente capitalista.** (2001, p.48. Grifo nosso)

Como é possível perceber, esse tipo de apropriação é característica do capitalismo. Os trabalhadores, produtores diretos, ao venderem a sua força de trabalho, que é a única coisa que os mesmos detêm, perdem o “direito natural” de se apropriar daquilo que ele produziu, pois, o capitalista comprou a sua força de trabalho e sendo assim aquele trabalho lhe pertence, por isso seria o produtor.

Locke foi um grande defensor do capitalismo como ordem natural, como retirada da humanidade das trevas em busca do progresso. A liberdade defendida por Locke era a liberdade de mercado, a liberdade de se fazer tudo que fosse necessário para dar mais produtividade a terra. Exatamente por isso, ele concordava com as expulsões dos camponeses de sua base, a escravidão e a expropriação dos povos indígenas. Se tudo fosse feito em busca de melhorar a qualidade produtiva da humanidade, valeria a pena. Só não se poderia desperdiçar a produção, pois assim estaria tomando de alguém.

Essa não foi a única maneira pela qual a teoria da propriedade de Locke respaldou os interesses de latifundiários como Shaftesbury. Tendo por pano de fundo sua enfática declaração de que todos os homens livres e iguais no estado natural, ele encontrou maneiras engenhosas de justificar a escravidão. E era fácil invocar, suas idéias sobre o melhoramento para justificar a expansão colonialista e a expropriação dos povos indígenas, como deixa dolorosamente sua observação sobre o índio americano. Se as terras não-beneficiadas das Américas não representavam nada além de um deserto, era um dever dos europeus, por ordenação divina, cascá-las e melhorá-las, tal como os homens “industriosos” e “racionais” tinham feito no estado natural original. (WOOD, 2001, p.49)

Desse modo, Locke contribuiu no plano teórico para as atrocidades contra os povos escravizados, os camponeses e os indígenas. Vamos entender agora as motivações teóricas que inspiraram Adam Smith em “*Riqueza das Nações*”, a partir da apresentação da edição (1996), feita pelo economista Winston Fritsch.

Um entendimento preciso da filosofia e do método subjacentes a *A Riqueza das Nações* requer que se recuperem os traços essenciais da formação intelectual extremamente eclética de Smith. A influência original e mais marcante sobre Smith foi a de seu mestre Hutcheson, herdeiro em linha direta de sucessão dos filósofos protestantes, como Grotius e Pufendorf, da Filosofia do Direito Natural. Para os propósitos da presente discussão, **o jusnaturalismo pode ser definido como uma teologia racionalista que afirma existir uma ordem natural e harmônica do universo, de origem divina mas revelada pela razão, da qual se podem derivar princípios morais e de direito a partir da noção de que a ordem natural inclui normas éticas às quais a conduta individual e a legislação devem obedecer para o cumprimento da vontade divina.** [...] Smith abandonou o método racionalista do jusnaturalismo tradicional por uma metodologia essencialmente empiricista, isto é, **pela noção de que a ordem natural subjacente à organização do universo não podia ser apreendida aprioristicamente através apenas do raciocínio abstrato dedutivo, mas que sua revelação deveria proceder através da construção de “sistemas” ou modelos baseados em princípios gerais obtidos por indução de observações empíricas.** [...] Por outro lado, já na *Teoria dos Sentimentos Morais*, Smith afasta-se decisivamente da componente altruísta do jusnaturalismo de Hutcheson no que concerne à análise da ética das relações econômicas, propondo em seu lugar a justificativa moral da defesa do interesse próprio nessa esfera das relações humanas. (SMITH, 1996, p.13 e 14. Grifo nosso. Itálicos originais)

Vimos que as primeiras inspirações de Adam Smith perpassam pelos jusnaturalista, a partir de sua identificação com uma ordem natural de origem divina e revelada pela razão. Mais tarde, rompe com essa corrente tradicional e incorpora os métodos empiristas mesclado com o *jusnaturalismo*.

É da conjugação dessas influências filosóficas e metodológicas que emergem duas concepções pioneiras e revolucionárias contidas em *A Riqueza das Nações*. A primeira é a análise dos fenômenos **econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais.** A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o **interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo.** (IBID. Grifo nosso)

A partir da análise Winston Fritsch, feita na apresentação de “*Riqueza das Nações*” (1996), é possível identificar que além da ordem natural que estabeleceu um sistema econômico revelado pela ação divina e captado pela razão do homem. Existe também um sentido de “eternidade” dessa ordem, ao se chegar à conclusão que o livre mercado e a propriedade privada seriam causas para o bem-estar coletivo, em que uma vez atingidos representariam a propensão humana a isso.

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, **de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.** (IDEM, p.69)

Podemos perceber a partir da citação anterior, que para Adam Smith a divisão do trabalho surgiria dessa inclinação natural em permutar, trocar e intercambiar. O indivíduo já estaria propenso a essa atividade, pois faz parte da natureza humana. Isso vai de encontro com o método jusnaturalista de análise da sociedade, é a premissa da origem divina revelada pela razão. Ou seja, o homem tem uma aspiração natural a comerciar e permutar, não faz parte do crescimento histórico da humanidade, já estaria dado. E uma ordem social que desse a possibilidade para que o homem fizesse esse processo em larga escala seria uma ordem que contemplaria a natureza humana de permutar e trocar.

Saindo do conceito de ordem natural em Adam Smith, vamos agora entender o pensamento de David Ricardo acerca da “ordem natural” capitalista que ia se desenvolvendo.

O produto da terra — tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital — se divide entre três classes da sociedade, a saber: o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. **Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes,** o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, **da acumulação de capital e de população,** e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura. Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política: embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a **respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário.** (RICARDO, 1996, p.15. Grifo nosso)

Em Ricardo, no que tange a sua obra “*Princípios de economia política e tributação*”, vemos que existem categorias universais e naturais, que seriam a renda, o lucro e o salário. Como um defensor do desenvolvimento capitalista, entende que esses conceitos de renda, lucro e salário permanecerão nos diferentes estágios de desenvolvimento da sociedade.

Quanto a Malthus, no seu “*Ensaio sobre a população*”, nos traz algumas observações sobre a ordem natural.

A necessidade de alimento para o sustento da vida dá origem, provavelmente, a uma maior quantidade de esforço do que qualquer outra necessidade física e mental [...] **Foi ordenado que a população crescesse** mais rapidamente que o alimento para fornecer os mais permanentes desse tipo [...] As atribulações e os sofrimentos da vida formam uma outra categoria de estímulos que parece ser necessária, por uma peculiar sequência de efeitos, para enternecer e humanizar o coração, para despertar a solidariedade social, criar todas as virtudes cristãs e dar um objetivo ao amplo esforço de caridade.(MALTHUS, p.375,376 379. Grifo nosso)

Malthus (1986), ao chegar à conclusão na sua época, de que a partir de uma ordem natural a população cresceria muito mais que o alimento, fazendo com que o cenário de pobreza e de conflitos crescesse, entendendo que a pobreza é uma justificação divina e natural, de forma que o sofrimento na terra recompensaria.

Desse modo, teríamos uma categoria rígida de pobreza em que o sofrimento criaria o esforço para o desenvolvimento humano. Um discurso que casa com a estagnação da ordem social do capital, de forma que não seria possível a transformação. Reconhece que poderia haver formas de governo para amenizar esses reflexos da pobreza, mas que não acredita que haveria essas formas de extinção da pobreza, pois essa era natural.

O que Malthus (1986) não esperava é que o desenvolvimento capitalista seria capaz de alimentar toda a população mundial e garantir a vida material de todos, só não faz isso, porque precisa da escassez. A ideia de solidariedade que emana do sofrimento e da pobreza humana é recorrentemente utilizada pela ordem do capital e foi também trabalhada pelo autor.

Como ponto de crítica ao pensamento da economia política clássica, Marx, na introdução dos *Grundrisse*, nos traz a crítica à ideia de ordem natural.

Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas. [...] Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. **Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza.** (MARX, 2011, p.54 e 55. Grifo nosso)

Passamos pela “ordem natural”. Agora, vamos entender o conceito de perpetuidade da ordem capitalista. Na análise dessa temática, vamos nos ater fundamentalmente as obras de Anderson (1992), que traz as determinações de Hegel e mais tarde o conceito de “fim da história” de Fukuyama. E também de Mészáros (2011), que faz uma análise do pensamento de Hegel.

Em seus textos, dificilmente a frase será encontrada. Nem existe qualquer passagem de sua obra seja formulada e desenvolvida como tal. Mas não pode haver dúvida de que a lógica do sistema hegeliano, como um todo, exigia virtualmente isso como conclusão, e de que há provas suficientes de algo como a sua pressuposição nos vários enigmas da obra de Hegel. [...] Hegel virtualmente nunca usou os termos *Ende* [fim] ou *Schluss* [encerramento] no léxico de suas conclusões; somente *Ziel* [meta, alvo], *Zweck* [objetivo final, finalidade] ou *Resultat*. A razão é simples, num determinado nível. Em alemão, não existe uma palavra que os dois sentidos de *end* em inglês, como término e como propósito, e o interesse essencial de Hegel era mais pelo segundo do que pelo primeiro. (ANDERSON, 1992, p.16 e 18)

Se Hegel não cunhou o “*fim da História*”, onde teria surgido essa temática? Foram necessárias, como nos mostra Anderson (1992), as concepções de Cournot e Kojève acerca dessa temática e posteriormente a de Fukuyama. Que certamente foi a que ganhou mais destaque. Talvez, pelo período histórico da queda dos ditos regimes socialista na década de 1980.

Em seu registro psicológico, a *Fenomenologia do espírito* já fala da história como a evolução consciente, automeciadora, do Espírito, através da sucessão de suas formas temporais, até ser alcançada a meta do autoconhecimento absoluto. O exame institucional de *A filosofia do direito* que “o presente rejeitou a sua barbárie – o que é injusto e arbitrário, e a verdade deixou de ser transcendente, sobrenatural – uma força contingente”, permitindo à “verdadeira reconciliação, a qual revela o Estado como a imagem e a realidade da razão, tornar-se objetivo.” Na exposição histórica de *Conferencias sobre a filosofia da história*, a efetivação da liberdade é “a meta final visada pelo processo histórico mundial... o qual só se concretiza e se cumpre como o que é constante em meio à incessante mudança de eventos e condições, e o seu princípio efetivo.” As *Conferencias sobre a história da filosofia* anunciam, no tom mais enfático de todos, que “uma nova época surgiu no mundo”, pois “o espírito do mundo logrou agora desfazer-se de toda a existência objetiva estranha e finalmente conceber-se como absoluto” – “tal é o ponto de vista do presente, e a série de formas espirituais está desse modo concluída, de momento.” Os temas e referências mudam mas o sinal de encerramento é insistentemente repetido. Se o fim da história nunca serviu de tema pra Hegel, é fácil ver como foi deduzido a partir dele. (IDEM, 1992, p.16 e 17)

Para Hegel, a história é resultado de uma essência posta desde o início da humanidade, o espírito humano. Em Hegel existe uma essência insuperável que uma vez alcançada, a partir do desenvolvimento da história, não permitiria desenvolvimento futuro, como observado por (Lessa, 2012, p.27).

Em “*A filosofia do direito*” ele fala sobre o Estado,

Na história do mundo, só podemos observar os povos que formam um Estado. Devemos entender que este último é a realização da Liberdade, ou seja, da *meta final absoluta*, que existe *para si mesmo*. Deve-se ainda entender que todo o mérito que possua o ser humano – toda a realidade espiritual –, ele só o possui por meio do Estado. ... Pois a Verdade é a Unidade da Vontade subjetiva universal; e o *Universal* será encontrado no Estado, em suas leis, em seus arranjos universais e racionais. *O Estado é a presença da Ideia Divina na Terra*. (Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 13. *Apud* Mészáros, 2011, p.60. Itálicos originais)

Mészáros nos traz uma análise desse trecho.

A necessidade ideológica de justificar tal encerramento da história levou Hegel à identificação de *racionalidade* com *realidade*, de onde poderia derivar a equação de realidade e *positividade*, harmonizada com inevitável resignação. Assim, apesar de suas primeiras intenções, a teleologia semiológica característica da “sociedade civil” capitalista, em sua reciprocidade circular com o Estado burguês, afirmava-se como último referencial conciliatório – e “ponto final” – do sistema hegeliano. [...] E, como esse Estado idealizado, apesar de suas contradições, subordinou a si mesmo o mundo da “sociedade civil” todo o constructo poderia ser eternizado sem crítica em nome da “Ideia Divina”, de modo a racionalizar e legitimar a ordem sociometabólica

vigente do capital como absolutamente insuperável. (MÉSZÁROS, 2011, p.60. Itálicos originais)

Ou seja, o *Espírito do Mundo*, a Razão, encontra no Estado a liberdade do homem. A sociedade civil do capital e a sua organização permitiriam essa liberdade. O Estado seria a presença da “Ideia divina na Terra”, mais uma vez a ideia da coisa posta entra em ação.

Com o desenvolvimento qualitativamente superior das forças produtivas a partir da Revolução Industrial (1776-1830), pela primeira vez a relação do homem com a natureza deixou de ser uma relação de submissão para ser uma de “domínio”. Os homens se dão conta que toda a sua história é, em verdade, feita pelos próprios homens e não pela natureza ou pelos Deuses. A Revolução Francesa (1789-1815) demonstrou praticamente este fato: os indivíduos, organizados em classes sociais, derrubaram a velha ordem e implantaram uma nova sociedade na Europa. A questão filosófica decisiva passou a ser, então, explicar *como* os homens fazem a história; este é o tema central da filosofia desde Hegel até nossos dias. E, a esta questão decisiva, duas respostas fundamentais foram dadas. A primeira delas, elaborada por Hegel, mantém a estrutura dualista que prevalecia desde a Grécia. Para o filósofo alemão, a história é o desdobramento de uma essência posta desde o início da história, o espírito humano (*Geist*). Tal como para os iluministas e pensadores modernos, também em Hegel há uma essência insuperável que, uma vez atingida, impossibilitaria qualquer desenvolvimento significativo futuro. **Esta essência, também para Hegel, inclui a propriedade privada, portanto inclui o mercado e o Estado: a realização plena da essência (o Espírito Absoluto) é a sociedade burguesa. Esse o limite da história e dele decorreria a eternidade do capitalismo.** (LESSA, 2012, p.27. Grifo nosso)

Vemos em Hegel o problema da ideia acabada, os homens eram instrumentos nas mãos da racionalidade, ela que os guiava até a momento absoluto da história. *O capital permanente universal* (MÉSZÁROS, 2011, p.52), seria esse momento absoluto de evolução autoconsciente da razão. Na ideia de Estado e na liberdade que esse proporcionava, ao se atingir a sociedade civil burguesa e o Estado Burguês estávamos em frente a realização da essência.

Em *A filosofia da história*, depois de examinar o rumo do desenvolvimento histórico do mundo e após definir sua essência como “a necessidade Ideal de *transição*”, curiosamente Hegel concluiu que “A História do Mundo viaja do Oriente para o Ocidente, pois *a Europa é absolutamente o fim da história*”. Assim, não há mais transição, pois atingimos “absolutamente o fim da história”, **após o que só se pode pensar em ajustes mínimos na ordem do Espírito do Mundo, a que finalmente se chegou. Para Hegel, dizer isto não era uma questão de contingência histórica contestável, mas o próprio “destino da Razão” em si.** (IDEM, p.59. Grifo nosso)

Identificamos a perpetuidade do capitalismo em Hegel, para continuarmos nossa argumentação será necessário identificarmos como essa se estabelece em Fukuyama. Segundo Anderson, (1992), Fukuyama utilizou Hegel e Kojève para trabalhar o seu conceito de “fim da história”. Embora, como o próprio autor salienta recebe muitas críticas por não seguir fielmente o método dos autores supracitados. Nos seus dois livros “*O fim da história?*” e “*O fim da história e o último homem*”. O cientista social estadunidense, fez uma análise da

democracia liberal após a decorada dos regimes inspirados nas ideias socialistas, na década de 1980.

A grande mudança que inspirou essa versão do fim da história é, evidentemente, o colapso do comunismo... A visão de Fukuyama é um produto desse momento. O seu ator estava bem equipado para isso. O discurso clássico da conclusão foi obra de filósofos, agudamente interessados na política de seu tempo, mas dela postados a uma certa distância profissional. (IBID., 1992, p.82)

A argumentação de Fukuyama é que a derrocada das “experiências socialistas” e a vitória da democracia liberal, constituíam o *fim da história*. Não haveria possibilidade de transformação social, apenas um aprimoramento desse sistema atual, como é defendido por ele no seu segundo livro quando analisa o espraiamento do capitalismo pelo mundo.

Em 1992, o cientista político estadunidense Francis Fukuyama publicou *O fim da História e o último homem*, argumentando que “a democracia liberal pode constituir o ponto final da evolução ideológica da humanidade e a forma final de governo humano e, como tal, constitui o fim da história”. No contexto da queda do muro de Berlim e da desintegração da União Soviética, o autor escreveu que “faz sentido falarmos novamente de uma história coerente e direcional da humanidade que, finalmente, conduzirá a maior parte dessa humanidade à democracia liberal”. Segundo Fukuyama, todos os problemas experimentados pelas sociedades capitalistas em que vigoram democracias liberais (“desde as drogas, os sem-teto e o crime até a destruição ambiental e a frivolidade do consumismo”) não seriam decorrentes dos princípios constitutivos dessas sociedades, mas apenas o resultado das dificuldades provenientes da implementação incompleta desses princípios (que, ao seu ver, são “liberdade” e “igualdade”). (SIMI, 2016)⁷

A partir da decorada daqueles ditos sistemas socialistas que não eram socialistas, pois modificou-se apenas alguns fatores econômicos e de controle social, não mudando em nada a forma de propriedade e contato com a natureza, acreditava Fukuyama, que a democracia liberal gozaria de sua eternidade. Porque seria o fim da sociedade, não eliminava a possibilidade dos conflitos, mas acreditava que isso era devido a incompletude desse sistema de governo.

A tese de Fukuyama esbarra na ganância inerente ao modo de produção capitalista. Quanto a isso, é importante identificar que a democracia liberal como Fukuyama pensava já não é mais a mesma. Tem se tornado um sistema de governo aberto a violência direta e indireta, a retração de suas leis e dos direitos conquistados a partir da luta de classes. E na argumentação que faremos e na que já vínhamos identificando, acreditamos que se for necessário a volta de sistemas de governo pautados na maior violência e controle social, para garantir a acumulação do capital. Certamente, mesmo com as prováveis pressões sociais e com a boa aceitação que a democracia liberal e o “ideal humanista liberal” reforçado no pós-

⁷ Acessado em “O fim do fim da História, ou o divórcio entre o capitalismo e a democracia”: <<http://blogjunho.com.br/o-fim-do-fim-da-historia-ou-o-divorcio-entre-o-capitalismo-e-a-democracia/>>.

segunda guerra mundial ganharam, se esse sistema identificar que não conseguirá completar a sua acumulação com a democracia, ele buscará uma outra forma. Já estamos observando isso em escala mundial, com as práticas e discursos conservadores que voltam a surgir fortemente no horizonte.

Agora que identificamos a “ordem natural” e a perpetuidade dessa ordem a partir de vários teóricos. Será necessária a crítica que Marx faz a estes e posteriormente a nossa.

Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. **Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza...** Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes... Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado [*objektiviert*]. **Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, capital.** (MARX, 2011, p.55)

A crítica de Marx é exatamente em relação a ideia pronta, ao homem posto no mundo como acaso. Não como consequência do processo histórico, da ação do próprio homem vivo.

A segunda resposta é dada, alguns anos depois, por Marx. Para ele, os homens fazem a sua história de tal forma que nela nada existe que não seja resultado das ações dos homens. *Os homens constroem até mesmo sua essência.* Por isso, a essência humana apenas determina o que nós somos hoje, mas de modo algum é o limite do desenvolvimento futuro dos homens. Tal como deixamos de ser escravistas e medievais, poderemos também deixar de ser burgueses — tudo depende de como nós, a humanidade, construiremos nosso futuro a partir do nosso presente. (LESSA, 2012, p.27)

Os homens vivos constroem a história e a decisão da mudança de uma ordem societária está nas mãos desses homens, que se construírem as bases dessa transformação no seu presente histórico podem colher as mudanças no futuro. Para isso, Marx em *O Capital*, identifica o proletariado, classe que não tem nada a perder, produtora direta da riqueza social e que a partir da sua organização e quebra do processo de alienação imposto pela ordem do capital, poderia conduzir a humanidade a verdadeira fórmula humana.

O comunismo é a posição como negação da negação, e por isso o momento *efetivo* necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico. O *comunismo* é a figura necessária e o princípio enérgico do futuro próximo, mas o comunismo não é, como tal, o objetivo do

desenvolvimento humano – a figura da sociedade humana. (MARX, 2004, p.114. Grifo nosso)

O capitalismo seria assim a pré-história do socialismo. A ruptura com a fórmula da propriedade privada seria o retorno a relação do homem com a natureza, do trabalhador enquanto produtor direto. O comunismo seria a etapa histórica que construiria a base para o socialismo como “*autoconsciência positiva do homem*”. Não seria o “*fim da história*”, mas o início da verdadeira emancipação humana.

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas *destrutivas*. No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade mas também *para simplesmente salvar a própria existência*. Marx e Engels, *Collected Works*, Londres, Lawrence & WISHART, 1975ss, vol. 5, pp. 52, 73, 87.. *Apud MÉSZÁROS, 2011, p.53*)

Como Mézáros (2011) destaca, Marx viu no início da sua atividade de construção teórica a possibilidade destrutiva do modo de produção capitalista. A partir da sua maturação teórica e aprofundamento na realidade dessa sociedade, reconhecia os perigos da sociabilidade do capital. Mas, estava centrado na possibilidade histórica de superação dessa ordem.

Marx, nas suas obras maduras não considera essa possibilidade que estamos trabalhando. Ele nos alertou sobre o potencial destrutivo desse modo de produção, mas entendia que como os homens constroem a sua essência, a sua própria história, sendo assim, estaria nas mãos dos homens a decisão de superação dessa ordem, para isso seria necessário à consciência da classe trabalhadora/proletariado em se libertar das amarras de dominação, já que esses só detêm a sua força de trabalho não teriam nada a perder e sim a ganhar. Ou seja, a ordem burguesa não é o limite insuperável da história.

Marx constrói essa crítica ao qual concordamos, para rebater aqueles teóricos da ordem natural e da perpetuidade, trabalhados anteriormente. Para Hegel, como vimos, a história é resultado de uma essência posta desde o início da humanidade, o espírito humano. Em Hegel existe uma essência insuperável que uma vez alcançada, não permitiria desenvolvimento futuro. Sendo que a propriedade privada faria parte dessa essência, ou seja, uma vez atingida à propriedade privada seria o capitalismo o fim da história, seria eterno. Obviamente não é isso que estamos propondo.

Concordamos com as análises de Marx. Então o objetivo proposto não seria alcançado a partir das análises de Marx? Concordamos com Marx, os homens fazem a sua história e se eles “decidirem” a superação dessa ordem, ela irá ocorrer. Porém, como Marx nos traz em *O Capital*, são necessárias determinadas condições históricas, que possibilitem essa superação acompanhada da consciência de classe dos trabalhadores. Consciência essa que também não é facilmente conseguida, a alienação e o estranhamento contribuem para a dificuldade de criação dessa consciência. O que estamos propondo vai de encontro a esse cenário, “ A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes [...] uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. ” (MARX E ENGELS, 1998, p.40). Nosso objetivo passa longe da ordem insuperável, queremos a superação dessa ordem. Mas, trabalharemos a possibilidade de não continuidade da humanidade, não por causa da propriedade privada e eternidade dessa ordem. Mas sim, pelas relações *coisificadas* e destrutivas que esse modo de produção acarreta ao gênero humano.

Como podemos observar as teorias de perpetuidade dessa ordem acreditavam na chegada a um estágio de desenvolvimento do capitalismo em que não haveria a possibilidade de transformação societária. O *capital permanente universal*, *o fim da história*, representavam momentos em que a humanidade chegaria ao seu estágio último. Seja pela forma burguesa enquanto ordem societária desenvolvida ou enquanto uma forma de governo que abarcaria a humanidade ou ainda como ordem natural, a ideia posta. Nosso objetivo passa longe dessas análises, pois elas consideram o capital como algo eterno na história. Nós consideramos o capital como um sistema destrutivo, que está em processo de crise estrutural e que o seu desenvolvimento poderia gerar um entrave a continuidade da humanidade.

Um sistema que não vê limites para sua acumulação como veremos nos próximos capítulos e que representa um risco a humanidade. Pois, a sua forma, a propriedade privada, que abastece a sua lei geral de acumulação cria um sistema destrutivo tanto na produção quanto na reprodução, como observou Marx em “*O Capital*”.

2-CONSIDERAÇÕES ACERCA DO TRABALHO⁸

Nesse capítulo buscaremos tecer considerações acerca do trabalho como fundante do ser social, aquela atividade entre o homem e a natureza, de transformação das matérias naturais em produtos que atendam às necessidades criadas pelos homens.

Num primeiro momento, vamos analisar essa atividade que eleva o homem a condição de ser social, a partir da interação com a natureza e as determinações que surgem a partir daí.

Posteriormente, vamos entender o trabalho na sociedade capitalista, buscando captar quais características ele assume nessa sociabilidade e as possibilidades destrutivas que essa forma de organização social, forma de interação com a natureza, causam nas relações entre os homens.

Portanto, esse capítulo buscará analisar como o trabalho eleva o homem a condição de ser social e também como o mesmo está organizado na sociabilidade burguesa. Tentando captar as determinações que consideramos importantes para seguirmos a argumentação que propomos anteriormente, de que um modo de produção maduro/ desenvolvido como é o capitalismo, representa uma grande ameaça à continuação da humanidade.

2.1-Trabalho e ser social

O homem é o único ser que faz a mediação com a natureza de forma teleológica, ou seja, ele modifica a natureza sabendo qual é o seu objetivo final. Essa contínua transformação da natureza que os homens efetivam é intermediada por essa capacidade criadora e projetiva, que faz com que o homem não crie apenas aquilo que vai satisfazer as suas necessidades básicas, ele cria para além com novas habilidades e alternativas. A sua interação com a natureza para satisfazer suas necessidades, o trabalho, permite interações cada vez mais articuladas, sendo assim se constitui em um ser social, criando uma sociabilidade a partir do domínio da natureza e criando alternativas, transformando o seu sentido humano.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996a, p.297)

⁸ Nesse capítulo utilizamos essencialmente (NETTO E BRAZ, 2011) para debater o “trabalho e o ser social”, a partir das análises que os autores fazem da teoria lukácsiana.

Essa interação com a natureza para garantia da sobrevivência é comum a todas as espécies, mas no caso dos homens há um “rompimento” com o caráter *natural* das suas ações. Nas outras espécies animais isso parte de necessidades biológicas, determinadas características genéticas, que fazem com que eles repitam o mesmo processo de ação sobre a natureza, praticamente invariável. Na busca de garantir a sua sobrevivência, mas não existe nesse processo a capacidade racional humana de projetar a forma e o resultado como se quer agir sobre a natureza, antes mesmo de iniciar o processo.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. **No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente.** Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (IBID, p. 297 e 298. Grifo nosso.)

Essa capacidade teleológica humana, de idealizar previamente aquilo que deseja ao final do processo de trabalho, faz com que a sua interação com a natureza ultrapasse a transformação da forma natural da matéria. O homem então realiza no desenvolvimento do processo o seu objetivo na matéria natural. “A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. ” (NETTO E BRAZ, 2011, p.42). O trabalho se realiza a partir da ação subjetiva, que se dá idealmente no sujeito que realizará a ação. E na ação objetiva, que é a transformação da matéria natural a partir daquilo que já se pensou antes de iniciar o processo. É uma objetivação do sujeito que efetua o processo.

Foi necessário um longo período temporal para que a atividade humana de transformação da natureza culminasse no trabalho. Foi preciso trabalho acumulado para atuação sobre a natureza, instrumentos, que com o desenvolvimento iam auxiliando no processo de transformação da natureza. Também a capacidade do trabalho de criar necessidades, que distancia essa ação da ação natural de apenas garantir a sobrevivência, não como forma fixa determinada geneticamente, como criadora de novas necessidades a cada desenvolvimento. E também a capacidade de criar técnicas, conhecimento que se estabelecem a partir da repetição e permitem o aprendizado.

“Não basta prefigurar idealmente o fim da ação da atividade para que o sujeito realize o trabalho, é preciso que ele reproduza, também idealmente, as *condições objetivas* em que atua (a dureza da pedra etc.) e possa *transmitir a outrem* essas representações. ” (IBID,

pag.43. Itálicos originais). A chamada **linguagem articulada** é esse processo de transmissão de conhecimentos a outrem, o sujeito se vê estimulado a generalizar o conhecimento que detém. O trabalho é para Lukács o elemento de ligação as outras categorias.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013, p.44)

São essas características do trabalho que fazem com que ele seja o fundante do ser social, “foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (organizo e inorgânico): o **ser social**. ” (NETTO E BRAZ, 2011, p. 44. Grifos do autor).

Assim, a natureza é essencial para vida em sociedade, sem ela não existiria o processo de transformação que propicia o homem se constituir como ser social. Em cada desenvolvimento histórico, a forma de relação da humanidade com a natureza vai se modificando. A natureza que falamos é o conjunto de seres existentes no nosso universo. Amparado nas análises de Lukács acerca dessa temática (Idem) nos trazem argumentações importantes acerca da relação natureza x homem.

Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza inorgânica) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza orgânica). A distinção entre os níveis inorgânicos e orgânico, contudo, não significa a existência de uma “dupla natureza” – de fato, a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa *totalidade complexa*. Não há estudos científicos conclusivos que expliquem suficientemente como se deu a diversificação entre os níveis orgânico e inorgânico; sabe-se, apenas, que o surgimento da *vida*, ligado a complexos físico-químicos, foi produto da base da metéria inorgânica, emergiu um **novo tipo de ser**, dotado da capacidade de se reproduzir: o ser vivo, orgânico. (IBID., p.45. Grifos e itálicos originais)

O chamado “salto”, utilizado por Lukács para explicar o processo de passagem de um estágio a outro, da natureza inorgânica para a natureza orgânica, com o surgimento de um ser mais complexo. Fenômeno esse que estabelece a vida no universo como conhecemos, o surgimento dos mamíferos primatas que deram possibilidades para um outro *salto* para o surgimento da espécie humana. Tanto a passagem da natureza inorgânica para orgânica, quanto a passagem dos mamíferos primatas para espécie humana como conhecemos, são alvo de divergências e ainda não há estudos conclusivos que apontem com concretude o movimento dessas “passagens”. Mas, são os “movimentos” mais aceitos entre as ciências.

[...] um modo de ser radicalmente inédito, o ser social, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica) [...] Noutras palavras: foi através do trabalho que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou, se se quiser: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade). (IDEM, p.46 e 47)

A sociedade é essa vivência dos homens em coletividade, suas diversas relações e formas de existir do ser social. Assim, o desenvolvimento do ser social, dos seres que vivem em sociedade, é o desenvolvimento histórico como conhecemos. *Dessa forma, o desenvolvimento da história é o desenvolvimento do ser social.* A humanidade existe em sociedade, o seu desenvolvimento enquanto ser social representa o desenvolvimento da sua história de relação com a natureza, de transformação de si e da natureza.

Na medida em que se complexifica o homem vai se distanciando do seu ser natural, nunca deixa a condição originária de ser da natureza. Mas, se complexifica e cria novas necessidades que reduzem o peso da sua condição natural, de forma que na medida que aprofunda a sua relação na natureza como ser social, através do trabalho, a sua condição de ser natural permanece, mas tanto menos é determinante na sua vida. Na medida que se desenvolve e se complexifica, o homem cria novas necessidades, um exemplo disso é a sua relação com a fome: “ Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. ” (MARX, 2011, p.66). Netto e Braz (2001) nos trazem também outro elemento decorrente desse desenvolvimento do ser social e distanciamento da sua naturalidade, quando nos falam das relações sexuais dos homens entre si, mediadas por valores, normas e escolhas.

O homem, portanto, é natureza **historicamente transformada** – mas o que é propriamente *humano* reside nessa transformação (autotransformação, já que apropriada pelo trabalho realizado pelos homens que situa o homem *para além da natureza* o caracteriza como ser social. (IBID, p.49. Grifos do autor)

Assim, o desenvolvimento do ser social leva o homem ao seu processo de humanização, processo que afasta o homem das suas determinações naturais, na medida que cria novas possibilidades. E essas novas objetivações, ultrapassam a esfera do trabalho, o campo da práxis, das objetivações humanas (filosofia, política, religião e etc.). Outra característica do ser social desenvolvido é que o trabalho mantém a sua condição de objetivação mais importante, pois é ele que se constitui os homens em sociedade. Mas, essas outras objetivações que surgem a partir do trabalho, também medeiam a vida do ser social desenvolvido. Entretanto, o trabalho como capacidade teleológica de transformação da natureza, ainda é a primeira objetivação fundamental ao ser social.

Tivemos intenção, até aqui, de defender o homem como um ser historicamente determinado, para pensar se essa história e o papel da humanidade caminham com rumo certo para seu “último ato”. Vimos então que foi a partir de um longo processo histórico de desenvolvimento que o ser social se constitui na forma capitalista de organização da sociedade. Por isso, foi necessário fazer um breve apanhado dessa relação do homem com a natureza que o levou a partir dos períodos de desenvolvimento a forma de organização social que estamos trabalhando e aprofundaremos ainda mais nas próximas páginas.

Da passagem dos seres inorgânicos aos orgânicos, dos mamíferos primatas aos seres humanos, da relação do homem com a natureza a partir da sua capacidade teleológica, que o caracteriza pela projeção idealmente daquilo que se objetivará na matéria natural. Processo que depende do trabalho acumulado, da repetição de técnicas e movimentos, do conhecimento e universalização desse conhecimento. Ou seja, da relação dos homens em coletividade, pois o trabalho requer essa coletividade. Do surgimento de novas objetivações, a partir do trabalho de transformação natural, da sua “complexificação” e distanciamento da sua forma natural na medida em que se aprofunda como ser em sociedade.

Enfim, fizemos uma breve caracterização da relação trabalho e ser social. No próximo tópico buscaremos mostrar como esse trabalho se dá sobre a ordem burguesa e como nessa ordem o trabalho adquire um fardo de exploração e cria uma conjuntura destrutiva na sua produção e na sua reprodução.

2.2-Trabalho na ordem do capital

Vimos anteriormente que o trabalho é uma relação do homem com a natureza, para garantia da sua reprodução e subsistência. Trabalho enquanto relação coletiva, que possibilita a interação dos homens entre si, configurando a formação do ser social.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1996a, p.303.)

O trabalho como atividade orientada a um fim, atividade de transformação da natureza por meio da capacidade teleológica do homem, faz com que a sua produção o conduza a uma determinada finalidade, que ele pensou antes de objetivá-la. Para analisarmos a sociedade

capitalista temos que iniciarmos a nossa investigação a partir da célula dessa sociedade, a mercadoria.

Como Marx nos trouxe em (1996a, p.166,167,168,169 e170), a mercadoria é objeto externo que satisfaz as necessidades do homem. Na mercadoria estão contidos o valor de uso e de troca, esse segundo valor é o que mais interessa ao capitalista. No item anterior, tratamos do trabalho como categoria simples, abstrata. Agora nos cabe posicionar este trabalho na história contemporânea, pensa-lo no capitalismo.

Prosseguindo essa argumentação, foi possível perceber que como atividade orientada a um fim, o trabalho, sempre irá criar valores de uso. Já que ele parte de uma determinada necessidade humana, na forma de sociedade analisada por nós, ganham também a importância de valores de troca. O trabalho é a condição que dá a essa mercadoria, o valor necessário para que ela seja trocada no mercado. É ele que desperta todos os valores ocultos daquela matéria natural, seja enquanto matéria-prima ou enquanto transformação dessa matéria em novos valores. Sem trabalho não existe o valor, pois não existe assim valor de uso para esse objeto.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (IDEM, p.170).

Assim, para o capitalista não interessa criar valor para satisfazer sua própria necessidade. E sim, enquanto valor de uso para os outros, como valor de uso social. Mercadoria, produto pela qual ele dá sentido à sua produção e aos objetivos de sua produção, como nos mostra Netto e Braz (2011).

Para que a mercadoria consiga chegar ao objetivo de angariar lucros ao capitalista é necessário que ela seja consumida através do mercado. A partir de Netto e Braz (2011) vemos que nos primórdios da humanidade existiam determinadas produtos que por serem importantes para aquela organização social pretérita, assumia o papel de equivalente universal sobre as demais, e “controlava” os preços das mesmas.

No modo de produção capitalista maduro, a partir das grandes descobertas de ouro e prata desde o século XV, que além de contribuírem para maior circulação de moedas e assim sendo fator importante para desconfiguração do sistema feudal. Foi também, um fator importante para que o dinheiro através desses metais preciosos adquirisse o “papel” de equivalente universal e deu a acumulação capitalista impulso para que ela tivesse uma

mercadoria que representava “durabilidade, divisibilidade, facilidade de transporte etc. [...] *O dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor*” (NETTO E BRAZ, 2011, p.99). Assim, deu possibilidade para que o capitalista pudesse dar maior impulso a sua acumulação, por meio de um equivalente universal que garantiu a praticidade para fazer as suas trocas no mercado.

Marx em “*O capital*” (1996), nos trouxe que o valor de uma mercadoria é calculado através do tempo de trabalho socialmente necessário para que determinada mercadoria seja produzida, o tempo de trabalho médio, sob determinadas condições históricas para produção dessa mercadoria. “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho.” (IBID, p.169). Dessa forma, explicado como se dá o valor nessa sociedade e como esse valor através de dinheiro (equivalente universal) determina o preço de uma mercadoria, é necessário também frisar que a mercadoria assume nessa sociedade uma função fetichista. Como observou Marx, é o “poder” que assume a mercadoria frente ao obscurecimento do processo de produção. O capitalista compra mercadoria força de trabalho no mercado e os demais meios de produção, assim o capitalista como produtor privado, atua sobre os produtores diretos “mercadoria força de trabalho” como se o processo de trabalho fosse privado, ele se apresenta dessa forma, porém é trabalho coletivo, trabalho social. Que aparece para os trabalhadores como trabalho privado daquele que detêm os meios de produção. O trabalhador só se encontra com o produto do seu trabalho no mercado, assim a relação que se apresenta é a relação de mercadorias entre mercadorias e não como relação entre os homens, como fundante do ser social e interação entre os mesmos.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital [...] Com esta, a jornada de trabalho está desde o princípio dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. (MARX, 1996b, p.138)

Dessa forma, o trabalhador entra no processo sempre como objeto/mercadoria força de trabalho, que valorizara o capital e dará a possibilidade do capitalista se apoderar e desenvolver a sua lógica de lucros. O capitalista necessita explorar o trabalhador de forma cada vez mais extensa, para poder ampliar o tempo de trabalho excedente, criar mais valor. Essa é uma importante questão para entendimento dessa sociedade, que aprofundarmos ainda mais no próximo capítulo.

Obviamente esse processo depende de uma divisão social do trabalho desenvolvida em vários ramos de produção, diversidade de mercado e formas de consumo dessa mercadoria. Na medida em que esse processo se desenvolve, mais complexo ele se torna. Tanto na divisão do trabalho, a partir da divisão da produção capitalista entre trabalhadores físicos e mentais (intelectuais) “Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar [...]” (MARX E ENGELS, 2007, p.37 e 38). Quanto no obscurecimento do processo de produção, que de forma violenta desde a Idade Média, vinha despejando o produtor direto da sua base produtiva, através dos processos de expulsão dos campos e fixação nas cidades inglesas. Fazendo com que esses trabalhadores se tornassem a mão-de-obra do nascente capitalismo, ou seja, uma relação não voluntária e violenta de criar a necessidade de garantia da subsistência a partir do trabalho alienado.

A divisão do trabalho dessa forma, além de diversificar e particularizar o trabalho de forma a criar trabalhadores cada vez mais especializados em determinados campos de produção, favorece para que o trabalhador não se reconheça no produto do seu trabalho. O produto que ele produziu não pertence a ele e sim a um outro, ele não se reconhece naquilo que produziu, o produto do seu trabalho é estranho a ele.

A exteriorização (Entäusserung) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (äussern), mas, bem além disso, [que se torna existência] que existem fora dele (ausser ihm), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (Macht) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2004, p.81. Itálicos originais)

Esse processo não se dá de forma desconexa, como nos mostra Marx (2011), é a divisão do trabalho possibilitada pelo desenvolvimento do capitalismo, a partir da compra de trabalhador como meio de produção, pelo equivalente universal dinheiro. Dessa forma, o trabalhador aliena sua força de trabalho ao capitalista - fenômenos expressos no assalariamento - e o produto do trabalho se torna propriedade privada do proprietário dos meios de produção. A relação aparece para o trabalhador dessa forma. Ele vende a sua força de trabalho, o resultado do uso útil dessa força de trabalho é do comprador. Por isso, ele não se reconhece no produto do seu trabalho, sendo o trabalho estranho a ele.

Mas, o que faz dessa produção uma produção capitalista é que o capitalista além de comprar a força de trabalho (capital variável) é que os meios de produção (capital constante) precisam da força de trabalho para realizar o processo de transformação da natureza. Essa transformação, a partir do consumo produtivo pelo trabalhador na criação de novos valores, faz com que o capitalista a partir da objetivação do produto, tenha uma nova mercadoria que

ele vai levar ao mercado para realizar. Desse processo em que ele compra a força de trabalho e os meios de produção, é só a partir do processo de trabalho que ele dá sentido à sua produção, é a partir da obtenção do mais valor sobre o trabalho do produtor direto, que ele dá sentido à sua produção capitalista em busca dos lucros.

Na medida que esse processo se desenvolve mais complexa se torna essa relação, como verificamos no estágio atual desse modo de produção, a partir das análises de Perrault (2000). Em que o trabalhador tem sido expulso do processo de produção de forma cada vez mais avassaladora e tem se investido cada vez mais em tecnologias no processo de criação de mercadorias, para que ele seja mais rápido e em menos tempo, de forma a garantir a lógica de superlucros do capital. O que contribui para esse estágio para os processos de trabalho informal e de “terceirização de terceirização”, como também do aumento da população pauperizada. Pois, se nega o trabalho a grande parte da humanidade, de forma a garantir os superlucros do capital.

Assim, o que podemos observar a partir de Marx (2004), é o estranhamento que o trabalhador tem em relação ao produto do seu trabalho, não se reconhece nele porque a relação inicial é de desapossamento. Ele detém apenas a sua força de trabalho, que é comprada no mercado, quando é comprada pelo capitalista, e essa alienação do seu trabalho ao possuidor dos meios de produção faz com que o processo surja para ele como um objeto estranho a si, por isso o trabalho nessa sociedade é criador de tormento. Não atoa só se sente livre fora desse processo de trabalho.

Porém, não é só no momento de exploração da força trabalho no seu processo de produção em busca da mais valia, do sobre trabalho produzido pelo trabalhador e que vai ser impulso para o capitalista comprar mais força de trabalho e continuar a sua lógica de reprodução ampliada. O momento da reprodução também é outro estágio em que o capital tomou conta da vida do trabalhador por completo, principalmente no atual estágio desse modo de produção. Assim, se explora tanto na produção quanto na reprodução porque esse processo se dá de forma violenta, o desligamento e a subordinação do trabalhador a outro para garantia da sua subsistência e que o explora para garantia de lucros em escala crescente, faz com que esse processo seja desde o seu início um processo que explora a força de trabalho.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschewelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (IBID, p.80)

O processo que estamos descrevendo é o processo de desumanização do homem, é a apropriação privada por parte de poucos do trabalho de uma ampla classe social, o que condiciona a exploração e ao sofrimento físicos na produção e na reprodução da vida social. Tanto mais riqueza produz o trabalhador, mais pobre este fica. Ele se torna mercadoria que pode ser descartada do processo de produção a qualquer momento, caso a lucratividade desse trabalho não atenda a lógica capitalista.

Quando o homem na relação com os outros homens subverte a produção em algo privado e bloqueia aos outros homens a liberdade do trabalho, enquanto atividade criadora de valor, como atividade livre e universal, ele atenta contra si mesmo, pois o trabalho é sempre algo coletivo.

Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2004, p.84. Itálicos originais)

O homem surgiu dos processos da natureza assim como homem necessita da natureza para sobreviver, o homem é a própria natureza, necessita dela para criar história. O afastamento e o desapossamento do homem em relação a mesma, significa subverter o próprio gênero humano. O trabalho deixa de criar relações sociais de liberdade e passa a criar a exploração e prisão do homem no seu processo privado de produção capitalista. A relação dos homens entre si e com a natureza se torna destrutiva, pois não é mais a satisfação das suas necessidades perante a natureza e a fruição perante a ela que importa, e sim o aprisionamento e a necessidade de criação da mais-valia e do lucro capitalista, através da relação violenta de alienação da força de trabalho.

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela é estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio de vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (IDEM)

Dessa forma, alienação do homem no processo de trabalho capitalista faz com que a sua vida genérica se torna meio para meio para sua vida individual, o produtor direto perde a sua relação de liberdade frente a sua dinâmica com a natureza. Ele perde o seu contato livre

com a natureza por meio do trabalho e o trabalho se torna apenas um meio para garantir a sua existência física.

Pois o trabalho, *a atividade vital*, a vida produtiva mesma aparece ao homem *apenas* como meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A *vida produtiva* é, porém, a vida genérica. É a vida engendrador da vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter de uma species, seu caráter genérico, e a atividade livre é o caráter genérico do homem. A vida mesmo aparece como *meio de vida*. [...] A atividade vital consciente distingue imediatamente da atividade animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. (IBID)

Dessa forma, se a relação universal e livre do homem de transformação da natureza, não pertence a si e sim a outro e se o produto do seu trabalho não pertence a ele e sim a outro, o capitalista que aliena a sua força de trabalho. Essa relação é em si destrutiva e vai replicar relações sociais destrutivas, o domínio e exploração do homem sobre o homem, retira o caráter genérico dessa atividade. A atividade consciente e criadora do trabalho está condicionada ao capitalista, de forma que o trabalho passe a ser só um meio para existência. E não como própria atividade vital e consciente do homem a partir da sua ligação com a natureza.

Obviamente não se está falando aqui do regresso do homem as suas formas primitivas de interação com a natureza, e sim, de retomar ao homem a sua relação genérica com a natureza. Aproveitando todo o desenvolvimento do ser social alcançado até o atual estágio, na busca da satisfação das carências dos homens. E não de aprisioná-los e escravizá-los num sistema de exploração e destruição.

As relações sociais capitalistas carregam consigo essa desumanização do homem, na medida em que se apoderam do trabalho enquanto atividade coletiva para atender a necessidades privadas. Na medida em que transforma o trabalho de atividade vital e consciente do homem em dominação e exploração para garantia dos seus lucros através da mais-valia e dos processos que surgem a partir dela.

Essas relações fazem com que o homem não se reconheça no processo de trabalho e nem no produto do seu trabalho, pois foi desapossado da sua atividade consciente e livre, como observado em Marx (2004). O resultado disso é a relação entre os homens se tornarem em relação entre coisas, entre mercadorias. O perigo dessa relação tanto na produção quanto na reprodução é que ela cria um processo de desumanização do homem, em que ao não se reconhecer no outro, desconsidera a existência do outro, faz do outro assim como faz como uma mercadoria. Pois, as relações entre os homens se apresentam enquanto relação entre mercadorias.

O reflexo disso é a criação de uma sociabilidade destrutiva, tanto com a natureza para obtenção da reprodução ampliada, tanto com os outros homens que são vistos como produtos para se chegar a essa ampliação da riqueza. Cria-se uma conjuntura de relações destrutivas, no sentido de destruição e desumanização do homem e de não ver limites algum para a acumulação.

No próximo capítulo vamos nos ater a essa questão, quando formos falar do que consideramos como crise estrutural dessa ordem societária e de que forma essa conjuntura cria um cenário de relações destrutivas que ameaçam à continuidade da humanidade.

3-A SOCIABILIDADE DA ORDEM DO CAPITAL

No capítulo anterior falamos a respeito da relação trabalho e ser social e do trabalho nessa sociedade. Identificamos que há uma disjunção entre aquilo que o trabalho deveria ser, enquanto atividade criadora e livre, e a forma que ele assume nessa sociedade, de aprisionamento e exploração, em busca da mais-valia de uma classe em relação a outra.

O trabalho se transforma em uma relação destrutiva e exploratória, pois está pautado na lógica de acumulação capitalista, que intensifica essa relação para dar sentido e manter o seu processo de funcionamento. Nesse terceiro capítulo, vamos identificar como as relações sociais estão organizadas nessa sociedade a partir dessa disjunção do trabalho do seu sentido de atividade criadora e livre humana, para uma relação exploratória e destrutiva.

3.1-Crise estrutural, sociabilidade capitalista e as ameaças à continuidade da humanidade

Para falarmos da crise estrutural do capital é preciso nos atermos ao processo de produção do capital em escala ampliada. Marx, identifica antes desse processo, a reprodução simples do capital, que capitaliza o valor obtido com a mais valia, ou seja, se ela serve de fundo de consumo do capitalista ou se é gasta com a mesma quantidade que se ganha, dá-se como reprodução simples. Na reprodução ampliada, “Aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital. ” (MARX, 1996b, p. 213). Sendo assim, é o processo em que a mais valia capitalizada retorna ao movimento de acumulação do capital, nas mãos desse capitalista ou nas mãos de outros. A partir do reinvestimento em outros setores para valorização do capital, aqui também auxiliado pelo capitalismo financeiro já em cena nos diferentes momentos do capital e com sua diferente intensidade de ação.

A reprodução simples foi identificada por ele como o momento em que a mais-valia se origina do capital. O momento em que o trabalhador não mais se reconhece na sua atividade, em que os movimentos do capital já estão fixados de forma natural para ele, a partir da repetição do processo de compra da força de trabalho como mero objeto de produção.

A separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalho, entre as condições objetivas do trabalho e sua força subjetiva de trabalho, era a base realmente dada, o ponto de partida do processo de produção capitalista. Mas o que era, no princípio, apenas ponto de partida, é produzido e perpetuado sempre de novo, por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, como resultado próprio da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de

satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou — fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio. (IBID, p.203)

Como esse momento representa apenas a etapa simples desse processo de produção e reprodução, ele representa a disjunção entre trabalhador e trabalho e a alienação deste a partir do salário. Porém, no que tange ao capitalista esse apenas capitaliza a mais-valia, ou como fundo de consumo próprio, ou ela volta ao processo ao mesmo passo que entra.

Na acumulação e reprodução ampliada, como identificado por Marx, o capital é o condicionante para intensificação da mais-valia. Parte do mais valor acumulado é reinvestido na relação de trabalho, a partir da transformação no equivalente dinheiro, para que o capitalista vá ao mercado em busca de mais meios de trabalho, que lhe darão a oportunidade de produzir mais em menos tempo.

[...] valor do capital e mais-valia são ambas somas de dinheiro e sua retransformação em capital executa-se de modo inteiramente idêntico. O capitalista aplica tanto um como a outra na compra de mercadorias, que o capacitam a recomeçar a fabricação de seu artigo, e na verdade desta vez em escala ampliada. [...] Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência. Por conseguinte, parte do mais-trabalho anual tem de ser empregada na fabricação de meios adicionais de produção e de subsistência, em excesso sobre o quantum que foi necessário para a reposição do capital adiantado. Em uma palavra: a mais-valia só é transformável em capital porque o mais-produto, do qual é o valor, já contém os componentes materiais de um novo capital. (IDEM, p.214 e 215)

Assim, a reprodução ampliada do capital é o momento em que o capitalista reinveste a mais valia acumulada por ele no processo. Ela se torna mercadoria na sua mão ou na mão de outros, o importante para ele é que o capital seja reinvestido e valorizado num mesmo processo de trabalho ou em outro processo.

Entender esse processo é importante para nossa análise porque na medida que se desenvolve e cresce o capital, esse sistema se torna ainda mais complexo e ao ampliar a sua lógica em busca da ampliação da mais-valia e de uma acumulação ampliada, traz consigo a ampliação de relações sociais que afetam a sociabilidade humana.

Se a reprodução simples representa a relação entre o capitalista num polo e o trabalhador em outro, a reprodução ampliada é representada por mais capitalistas em um polo e mais trabalhadores no outro polo “Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (Ibid., p.246). A sua relação de submissão frente ao capitalista já está dada, a multiplicação dos trabalhadores traz consigo a expansão da exploração e submissão destes.

Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. **Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção.** Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda, quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. **O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não-pago por parte do trabalhador.**⁹ (IDEM, p.251. Grifo nosso)

A reprodução ampliada do capital traz consigo a multiplicação do número de trabalhadores, mas também a expulsão de muitos desses do processo de trabalho, como nos mostra Marx (1996b). Ela cria a necessidade de o capitalista investir cada vez mais para que aumente a sua lógica de lucros. Para suprir essas necessidades, o capitalista desequilibra a balança da sua composição orgânica, a partir do momento que precisa cada vez mais reinvestir a mais-valia adquirida e retransformada em capital, necessita que o processo seja extremamente lucrativo para si e com isso investe mais em meios de trabalho, composição constante, do que na composição variável, força de trabalho.

O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento dos processos de trabalho nessa sociedade faz com que o capitalista necessite produzir mais em menos tempo. As inovações tecnológicas que substituem vários trabalhadores por um trabalhador especializado a partir da divisão social e técnica do trabalho, se torna necessária, pois a concorrência entre vários capitalistas individuais faz com que ele precise estar à frente dos demais e dominar parcela do mercado com os seus produtos, e para isso é interessante produzir com eficiência, tendência essa observado por Marx (1996b).

Assim, como também nos mostra Marx (1996b), esses capitalistas individuais que já concentraram ao longo do desenvolvimento do capitalismo a mais-valia que é reinvestida no processo como capital e valoriza ainda mais os seus capitais, passam a lutar entre si pelo domínio de mercado, pelo monopólio de setores de produção. Capitalistas maiores, que concentraram mais e que conseguem baratear os seus produtos através de uma produção eficiente em tempo e custo, conseguem anexar capitalistas menores a partir da centralização desses capitais. Assim, o mercado tende cada vez mais a pertencer a grandes grupos de capitalistas que dominam vários setores e anexam todos os novos capitais.

⁹ No capítulo XXIII do capital, a respeito da “lei geral da acumulação capitalista”. Marx, traz a relação do preço dos salários dos trabalhadores nesse processo de acumulação e como ele está organizado. Não trabalharemos a fundo o tema, mas basta saber que ele sempre tende para o capitalista. Mesmo em caso de aumentos periódicos.

Sem levar isso em conta, com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais. À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolvem-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. (MARX, 1996b, p.258)

Concorrência e crédito, como observado na citação anterior, são importantes alavancas para o desenvolvimento do capitalismo em escala ampliada. A concorrência como fator que leva a produção ser a mais exploratória possível, sendo eficiente na produção com relação ao preço e tempo. O sistema de crédito, a partir da figura dos bancos, que contribuíram para num primeiro momento guardar e mapear os investimentos desses capitalistas, e que num estágio mais avançado mapeia o mercado e procura oportunidades para que o capital ocioso seja valorizado, com investimentos na periferia do capital ou nas mãos de outros capitalistas.

É possível identificar a partir de Marx (1996b), que na medida em que crescem o número de trabalhadores que são repelidos do processo do trabalho, a partir da necessidade imposta pela concorrência de capitais. A concorrência entre capitalistas cria também cada vez mais a centralização de capitais nas mãos de poucos capitalistas, o surgimento de monopólios que dominam extensos ramos de produção. Dessa forma, o movimento de diminuição da composição variável em relação a constante faz com que os trabalhadores pertencentes ao velho capital sejam mais e mais repelidos. Já a relação de aquisição de novo capital atrai menos trabalhadores. Isso cria uma conjuntura de miserabilidade, pois a possibilidade de garantir a sobrevivência nessa sociedade é através do trabalho alienado capitalista. Sem ele, muitos ficam à mercê de um sistema que necessita da escassez para prosseguir a sua lógica de acumulação. Se a reprodução ampliada do capital multiplica os trabalhadores e faz com que poucos capitalistas dominem grandes fatias do mercado, ela também amplia as relações de exploração e miserabilidade.

Esse processo que expulsa cada vez mais trabalhadores do processo de produção e cria uma população sobrando para atender as necessidades do capital, uma população cada vez mais qualificada a partir da divisão social e técnica do trabalho, que fica de fora dos processos de trabalho do capital, como observado por Marx (1996b). Essa tendência prossegue no estágio atual do capitalismo monopolista fazendo com que muitos trabalhadores qualificados sejam limados do processo, criando uma possibilidade de estabilização e congelamento dos salários, o que ocasiona a compra de força de trabalho qualificada e em condições favoráveis

ao capitalista. A expansão da exploração e a busca pela expansão da mais-valia fazem com os trabalhadores empregados aceitem as condições do jogo, para que não fiquem de fora dele.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela **constitui um exército industrial de reserva** disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional [...] Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados. (IBID. p.261,262 e 263)

Esse exército industrial de reserva, como nos mostra Marx (1996b), possibilita o capital regular a sua produção de forma eficiente, ele permite ao capitalista contratar mão-de-obra mais acessível ao seu processo de trabalho e conseguir o aumento da sua mais-valia. Assim, na medida em que produz mais riqueza, mais pobre e miserável fica o trabalhador. A crise estrutural do capital decorrente da sua tendência a expulsar cada vez mais trabalhadores do seu processo de produção, na medida em que precisa deles para valorizar a produção. É uma condição, que faz com que o capital crie um polo de riqueza para os capitalistas e um polo de miserabilidade para os trabalhadores. A condição do jogo já está dada em favor sempre do capitalista.

Marx (1996b) identificou quatro tipos de superpopulação relativa decorrente desse processo acumulação ampliada do capital: a primeira, seria a tendência desse processo a requisitar mais e mais trabalhadores jovens em detrimento de trabalhadores com idade adulta, para maior exploração de uma força de trabalho com mais condições de produtividade. A segunda, seria a tendência de transformação dos trabalhadores rurais em trabalhadores urbanos. A terceira, diz respeito a população estagnada que seria a população sobrando ativa no processo de produção, mas inserida de forma irregular. A quarta, o lumpemproletariado, que representa a população descartada no processo de produção. Aqueles que não inseridos pelo capital no processo, todos aqueles que sofrem na esfera do pauperismo.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* (IBID, p.274)

Assim, na medida em que cresce a riqueza social mais e mais trabalhadores são desocupados dos postos ativos e engrossam a fileira do exército industrial qualificado para a produção capitalista. Ou são inseridos a partir de condições ainda mais exploratórias, como se é feito no estágio atual, com os fenômenos de terceirizações, terceirizações de terceirizações, emprego informal, os semi-empregados em geral.

A acumulação ampliada do capital faz com que não se coloque barreiras a acumulação, sendo assim se torna necessário a partir dos grandes grupos monopolistas expandir os seus negócios a todos os cantos do globo, com o auxílio do capital financeiro para expansão da sua lógica de acumulação. A dominação se torna global, grandes grupos monopolistas passam a lutar por áreas de influência econômica, áreas que contenham a possibilidade de valorização do capital. Cria-se a necessidade de dominar extensas áreas em todas as partes do mundo, anexar territórios e ganhar a concorrência no cenário internacional.

Relação essa que não se dá somente com os grandes grupos monopolistas de capitalistas e instituições do capital financeiro, como também, entre os estados capitalistas que entram nessa concorrência por áreas de influência, valorização e crescimento por exploração da chamada periferia do capital. Os grandes estados capitalistas assim como os grandes capitalistas engolem os pequenos países na esfera de relações e os subordinam a suas necessidades.

[...] Em cada país ou em escala internacional, o capital exerce pressão para fora, a partir do centro em outras palavras, seus lugares históricos de origem para a periferia. [...] **a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial.** [...] A dominação do capital estrangeiro sobre os processos da acumulação de capital [...] resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. [...] Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais. [...] Assim, o crescimento de um relativo excedente de capital nós países metropolitanos a procura de mais elevadas taxas de lucro com matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado. Esses países tornaram-se dependentes, além de atrasados. Além disso, como a produção de matérias-primas ainda era pré-industrial ou apenas rudimentarmente industrial, visto que os baixos custos da força de trabalho desestimulavam a constante modernização da maquinaria, essa defasagem industrial deu origem a um abismo crescente nos respectivos níveis de produtividade...” (MANDEL, 1985, p.38,39 e 40. Grifo nosso)

No primeiro capítulo trouxemos que a “descoberta” de novos mercados e a maior circulação de moedas (dinheiro), agregado a outros tantos fatores fizeram com que o capitalismo construísse a sua base de surgimento a partir da sua forma clássica na Inglaterra e suplantasse a sociedade feudal. A necessidade de produzir e dar sentido a produção capitalista

criando não somente uma população sobrando a partir das políticas de melhoramento da terra, como também uma população que serviria para dar sentido a um trabalho alienado.

A acumulação ampliada do capital abre as portas para a tendência de mundialização desse sistema, como Mandel (1985) identificou, se forma um todo de relações mundiais capitalistas, semi-capitalistas e pré-capitalistas, uma totalidade orgânica complexa de relações entre capitalistas e estados capitalistas. De um lado os capitalistas de centro oprimem a periferia do outro lado, impondo a eles todo o tipo de exploração para valorização do capital.

Marx (1996) já havia identificado que a acumulação ampliada do capital levava a suplantação da concorrência entre capitais. Passados os primeiros estágios de concentração de capitais e fortalecimento dos capitalistas individuais, passariam eles a disputar entre si, capitalista contra capitalista, por parcelas gigantes do mercado. Em que aqueles que obtivessem maior capacidade de produzir de forma eficiente, com tecnologias que o permitissem produzir mais em menos tempo e mais barato, regulando a contratação de força de trabalho barata no processo. Dominaria grandes parcelas de mercado, através dos monopólios e oligopólios. Essa tendência que identificamos nos capitalistas individuais, também faz parte dos estados nacionais capitalistas, na medida em que esses se enfrentam no mercado pelo aumento de sua esfera de influência e controle sobre os demais.

O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior [...] Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LÊNIN, 2011, p.217)

Lênin identifica nesse trecho a passagem do imperialismo tipo colonial para as concentrações de território de países com o auxílio do capital financeiro e dos capitalistas monopolistas. O monopólio abre possibilidade pela concentração cada vez mais exclusiva de poucos capitalistas e estados capitalistas e a sua busca sedenta por lugares no globo em que o processo de valorização possa ocorrer. É a tentativa de carregar os semi-capitalistas e pré-capitalistas, das análises de Mandel, para dentro do processo como capitalistas. Na falta de novas áreas de influência, cria-se a necessidade de interferir na geografia do mundo em busca de espaço para valorização do capital.

Como identificado por Lênin (2011, p.231 e 232), a tendência ao parasitismo e a decomposição do capitalismo é marcada a partir da sua necessidade de suplantarem a livre

concorrência e monopolizar imensos setores de produção. O capital precisa se valorizar na sua escala ampliada de reprodução mais e mais, o estágio da livre concorrência entre pequenos capitalistas individuais é suplantada pela necessidade do monopólio, a necessidade de dominar extensas fatias do mercado e de áreas de influência. Se tornar o parasita da mais-valia do “terceiro mundo” e até dos países centrais periféricos, a força que sai do centro e invade a periferia com a sua necessidade de se valorizar.

A tendência da acumulação ampliada do capital em criar a necessidade de uma produção cada vez mais barata e em menos tempo, com extrema eficiência para o capitalista, a partir dos incrementos tecnológicos e do desenvolvimento desse sistema, fazendo com que a composição organiza do capital sofra um impacto, a partir da expulsão de trabalhadores ativos do mercado e do termômetro do exército de reserva que regula uma produção mais favorável ao capitalista. Isso permite a ele concorrer com os outros capitalistas e monopolizar setores de mercado.

Mészáros (2003) identifica três fases do imperialismo: A primeira fase seria a do imperialismo colonial construtor de impérios, a partir da expansão de alguns países europeus em direção as áreas de influência fora da Europa. A segunda fase, seria a denominada por Lenin de “*estágio supremo do capitalismo*”, a fase monopolista, de imperialismo “*redistributivista*”, de briga pelas áreas de influência e de repartilha do mundo em torno dos monopólios, fase está que chega ao fim após a Segunda Guerra Mundial. A terceira fase do imperialismo, é identificada como a do *Imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante*. Fase em que o país se assume como potência mundial, como estado global do capital.

Vamos nos ater ao primeiro estágio do imperialismo identificado por Mészáros, nesse estágio tivemos um massacre de índios e negros utilizados e destroçados pelas conquistas de seus territórios na exploração do processo de trabalho do capital. Mesmo com ligações semi-capitalista, pré-capitalista, com a escravização, a utilização dos negros e dos índios nesse processo, configurou uma tendência do capital a subordinar e explorar ainda mais determinados grupos étnicos-raciais da classe trabalhadora. Grupos que sofreram e sentiram mais fortemente o processo destrutivo e exploratório do capital. O capitalismo que, como podemos observar em Vicentino (2000) e Perrault (2000), interferiu na dinâmica territorial africana, através do desmembramento das várias tribos e suas culturas, e que transformou os negros em mercadoria, como objeto descartável no seu processo de acumulação.

Esses negros escravizados, foram espalhados por variadas partes do globo e contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo, através do processo exploratório e

destrutivo imposto aos mesmos. As tribos indígenas também sofreram fortemente com esse processo. “Os índios das Américas foram vítimas do maior genocídio da história da humanidade. Para satisfazer a fome de riquezas dos europeus, os povos indígenas das Américas foram exterminados no Caribe, no México, na América do Sul, no Brasil e na América do Norte [...]” (PERRALT, 2000, p.284). O caso mais marcante de exploração e destruição dos povos indígenas foi na Américas, através do genocídio nos EUA. A necessidade de expansão do capital para o Oeste dominado por índios, que freavam o “progresso” do capitalismo a partir das estradas de ferro que cortariam o país, impossibilitados pelas culturas e formas de organização do território por parte dos índios. Fizeram com que, esses índios fossem massacrados no processo de dominação e expansão do território de acumulação do capital. O massacre foi gigantesco, a partir (IDEM, p.388), podemos perceber que antes da chegada dos ingleses no século XVII se contabilizava de 10 a 12 milhões de indígenas, após o processo maciço de genocídio, que reduziu a população em 250 mil em 1990. Nos EUA também houve um processo de forte exploração dos negros.

Essa primeira fase do imperialismo, a sua fase colonial, guardadas todas as suas incipientes relações capitalistas ainda em desenvolvimento, configurou-se na acumulação primitiva observada por Marx na Inglaterra, como forma de estabelecimento do capitalismo. No caso das colônias, da expansão a periferia, ao novo mundo, a dinâmica de acumulação para instaurar as bases do capitalismo se repetiram, a tendência a dominação e expulsão de território, mas teve um saldo mais trágico, pois escravizou e extinguiu determinadas tribos negras e indígenas no seu processo de dominação e de mercantilização dos mesmos como objetos descartáveis no processo. Certamente, esses são os segmentos da classe trabalhadora mais exauridos no processo de acumulação do capital. Se na Inglaterra os servos foram destituídos da sua base produtiva, no resto dos continentes o capital destituiu toda a base, escravizou e modificou a geográfica em torno da utilização das terras para o processo de acumulação. Para se instaurar como sistema global ele precisou e precisa impor dominação a todo e qualquer estado e populações, o risco que se assume é o de não ter limites para acumular e se para isso precisar ser destrutivo com um segmento ou estado, certamente será de novo.

Ao longo do século XIX, o antigo colonial escravagista e mercantil foi desaparecendo, pouco a pouco, para dar lugar à colonização “moderna”, aquela que predominou quarto do século XIX a meados do século XX. Esta colonização “moderna” é a marcada por um retorno ao protecionismo no quadro “imperial”: cada grande potência reserva para si os mercados das suas colônias e zonas de influência que cobrem o mundo inteiro. (IBID, p. 222).

Assim, chegamos na segunda fase do imperialismo, que é a fase de centralização de territórios e de capitais. Passado o primeiro momento de concentração desses territórios por parte dos grandes capitalistas e dos grandes estados capitalistas, pela partilha das áreas de influência e em busca de matérias primas. A segunda fase se caracteriza pela expansão do trabalho alienado e pela expulsão cada vez maior dos trabalhadores do processo de trabalho. O crescimento dos sistemas de crédito e da financeirização do capital, faz com o mercado assume o falso protagonismo de criador de valor nessa sociedade o que agrava ainda mais as condições da classe trabalhadora. Esse processo será agravado na terceira fase do imperialismo.

Esse imperialismo monopolista, levou no seu espaço de tempo a conflagração de duas grandes guerras que devastaram a humanidade. Assim, *a crise do capital é interrupção do processo de acumulação*, exatamente porque a mercadoria não se valoriza em mais dinheiro. A necessidade de expulsar os trabalhadores do processo de produção para que se acumule de forma eficiente, cria do outro lado a falta de valorização do capital, pois sem trabalho alienado quem vende a sua força de trabalho não tem condições de valorizar a produção. Porque está fora desse processo ou não tem capacidade de valorizar o capital a partir daquilo que ele recebe pelo fruto do seu trabalho.

Sendo assim, a partir de Mészáros “Crescimento e expansão são necessidades imanentes do sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças.” (2001, p.1002). A conjuntura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) representou isso, como nos mostra Vicentino (2000), a briga por territórios na África e na Ásia, por parte das várias potências imperialistas. Irrigados pelo nacionalismo pujante dessas potências imperialistas representaram o estopim para a guerra. Os interesses de Alemanha e Inglaterra na tentativa de dominação de zonas de influência alimentaram a guerra, através do descontentamento entre os territórios do Marrocos e dos Balcãs.

A necessidade do capital em expandir a sua acumulação e suas zonas de influência, numa tentativa de conter momentos de crise e conseguir uma forte acumulação. Levaram esses países a se enfrentarem pela conquista de territórios e hegemonia mundial.

Guerra essa que teve um saldo catastrófico para a humanidade, “Perto de treze milhões foram mortos e vinte milhões feridos” (CROUZET, MAURICE. *História geral das civilizações*. V.15. p.15 apud VICENTINO, 2000, p. 362). Ou seja, a necessidade de expansão do capital não tem misericórdia com a humanidade, pois a sua lógica é o trabalho enquanto

dominação e exploração e não como atividade criadora e livre. A sua lógica é acumular e valorizar capital, independente das condições mais miseráveis impostas a muitos.

Importante ressaltar nesse período a criação do aparato “industrial-militar” que vem se desenvolvendo cada vez mais a partir da Primeira Guerra Mundial. É a ideologia da paz pela guerra, imposta aos países na corrida armamentista. Além da guerra em si, cria-se o fantasma e a necessidade de se preparar através do mercado de armas, que movimenta a lógica de acumulação do capital e que representa um perigo eminente para a sociabilidade humana e continuidade da humanidade.

Passados os percalços da Primeira Guerra e sua devastação por mortes e por exploração da natureza, como observado em Vicentino (2000). Passaremos pela grande crise de 1929, com o crack da bolsa de valores norte-americana que possibilitou no momento de retomada e saída da crise, levando a configuração de quase 10 anos mais tarde da Segunda Guerra Mundial. O forte aparato militar e novamente o crescimento do nacionalismo, inspiraram os regimes extremistas e imperialistas monopolista. Como assinalado anteriormente a dificuldade de valorização da mais-valia gerada pelos momentos de crise aguda, fazem com que o capital necessite buscar forças na relação de controle e violência. E a partir das guerras se abre uma possibilidade de movimentar vários setores e possibilitar a expansão do setor “militar-industrial”. As guerras são, portanto, uma das alternativas do capital aos seus momentos de crise aguda, em que não consegue valorizar a sua produção. Exatamente por causa da sua contradição frente a força de trabalho de que tanto necessita no processo.

Nesse segundo estágio do imperialismo, como identificado por Lênin (2011), é a fusão do capital industrial com o crescente financeiro que vão dar sustentação ao capitalismo monopolista. Nesse segundo momento já é possível se identificar a tendência a criação do “Estado global capitalista”, a partir da tentativa exploratória e imperialista dos regimes totalitários. Essa característica se adensa mais no terceiro estágio do imperialismo.

Com relação a periferia do capital nesse estágio, já existe uma configuração após a diluição do sistema colonial de novas formas de atingir e explorar o território desses países, sendo mais comuns a rapina pela dívida pública e a intensificação da industrialização no “terceiro mundo”. Importantes fatores que possibilitaram o capitalismo central, a partir dos organismos internacionais financeiros maduros, pilhar novamente a periferia do capital e continuar dando expansão a acumulação ampliada do capital.

No que tange aos “elos fracos” para o capital, os índios e os negros, se deu um novo processo de exploração dos mesmos após ao período de escravidão, persistindo as marcas das

teorias Eugenistas e do Darwinismo Social que tiveram destaque sobretudo, nessa segunda fase imperialista. Além de servirem como exército industrial de reserva, cresce a partir dessa fase a expulsão desses povos em locais cada vez mais desumanos em relação a habitação, e a garantia de sobreviver, como observado Harvey (2011) e Perrault (2000).

Chegamos assim a terceira fase do imperialismo identificada por Mészáros (2003), o Imperialismo global hegemônico, fase em que passado a Segunda Guerra Mundial e a crise do Estado de bem-estar-social na Europa, a crise de 1970, a Guerra Fria e a colapso das chamadas experiências socialistas. A respeito da nova dinâmica de crise pós 70, “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas.” (NETTO E BRAZ, 2011, p.224). O capitalismo precisou se fortalecer ainda mais, com a ampliação das inovações tecnológicas, com o capital financeiro maduro e dominando o processo de produção, como se fosse o criador de valor nessa sociedade. E a tendência da acumulação ampliada em ampliar monopólio de países e capitalistas monopolistas, acaba se expandindo.

Os EUA aumentam a sua influência no globo após a Segunda Guerra Mundial e assumem para si a condição de Estado do capitalismo, “ninguém vai à acumulação sem conhecer a ele primeiro”, passa a dominar todo o processo mundial de zonas de influência, de controle e estabelecimentos dos principais monopólios de variados setores, dominando e ditando o ritmo da acumulação capitalista.

A tendência identificada por Marx em *O Capital*, quando falava da acumulação ampliada do capital, em que a multiplicação da classe trabalhadora num polo e do a expansão dos capitalistas individuais, que vão se matando pela anexação de grandes somas de mercado, fazendo com que o capitalismo gire o alerta para eliminar aqueles que não serão inseridos no seu processo de acumulação. Chegamos a um momento perigoso na dinâmica social da humanidade.

O capitalismo central tem criado uma instabilidade na sua periferia, ele tem eliminado o potencial de guerras civis constantes no seu centro e repassado para a periferia, com exploração e pilhagem da mesma. Na terceira fase imperialista se desenvolve um colapso com relação as políticas impostas para garantir uma alta acumulação, a industrialização do terceiro mundo não supriu as expectativas do capitalismo central, a rapina da dívida pública tem devastado e deteriorado a condições de vários países na periferia do capital.

Com relação a isso Harvey (2011), nos traz um interessante relato acerca da necessidade de se resolver as crises e guerras civis na periferia.

Pensemos, por exemplo, numa figura como Joseph Chamberlain, (conhecido como “Radical Joe”). Estreitamente aliados dos interesses dos fabricantes de Birmingham, Chamberlain de início se opunha ao imperialismo [...] e dedicava boa parte do seu tempo à reforma da educação e a outros projetos voltados para a melhoria das infraestruturas ... e consumo em [...] Birmingham. [...] em 1885 proferiu um celebrado discurso em que conclamava as classes proprietárias a reconhecer suas responsabilidades e obrigações perante a sociedade [...] O clamor lançado pelas classes proprietárias o obrigou a recuar, e a partir de então ele se tornou o mais ardente defensor do imperialismo. (IBID, pag.106)

A pressão imposta pelos capitalistas de Birmingham fez com “Joe”, mudasse a sua abordagem frente ao imperialismo. A necessidade de se resolver conflitos e crises em torno do capitalismo central, faz com que se expulse a incidência dos mesmos para a sua periferia. Na tentativa de se manter a estabilidade do capitalismo central.

Pois hoje os perigos catastróficos que acompanhariam uma conflagração global, como as que ocorreram no passado, são evidentes até para os defensores menos críticos do sistema. Ao mesmo, ninguém em sã consciência pode excluir a possibilidade de um conflito mortal com ele a destruição da humanidade. (MÉSZÁROS, 2003, p.39)

A periferia do capital parece ser alvo de um movimento intenso de ataque do capital e totalmente complexo, de necessidade para valorização do sistema a nível global e ao mesmo tempo alvo de intervenções do sistema no sentido de suprimi-la cada vez mais. O sistema parece viver na “corda bamba”, ao se ampliar globalmente e tentado diminuir as guerras civis e incômodos a sua acumulação, despejou para a periferia toda a sorte de maldições.

Até crise 1929, os ciclos tinham uma duração aproximada entre 8 e 12 anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, esses ciclos foram encurtados, **ao mesmo tempo em que os impactos das crises tornaram-se menos catastróficos que aqueles da de 1929.** (NETTO E BRAZ, 2011, p.169)

Os países capitalistas centrais ao subordinarem a periferia de todas formas tem empurrado os efeitos mais sensíveis a eles, tem se fortalecido o sistema para que uma crise nos países centrais e no estado hegemônico do capital não aconteçam, como ocorreu em 1929. Diminuir os efeitos das crises, mesmo com o crescimento da sua frequência, parece ser uma das formas que o sistema encontrou para não entrar em um colapso generalizado. Assim, explorar a periferia de todas as formas possíveis parece ser o sentido para o capital.

Como identificado por Harvey:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas, muitos recursos antes partilhados, como a água, tem sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação, formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Industrias

nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2011, p.121)

Em “*O novo imperialismo*”, Harvey identificou novas formas de acumulação primitiva do capital, ao qual chamou de acumulação por espoliação dado o prosseguimento dessa exploração na fase do maduro do capital. Essas espoliações seriam as brigas pelas patentes em todos os setores, fenômeno também identificado por Lênin (2011) na segunda fase monopolista. E as privatizações, como forma de espoliação e de tentativa do capital de prosseguir a sua lógica de acumulação. Certamente a periferia continuará sofrendo com essa rapinagem por parte do capitalismo central, e da ganância pelas privatizações de bens indispensáveis pela humanidade. A pilhagem da dívida e os ciclos de industrialização prosseguem, mas com menos força para a acumulação capitalista.

Um futuro destrutivo e perigoso para a periferia do capital parece bater as portas. Na sua fase primeira como liberalismo, o capitalismo sempre tendeu a eliminação daqueles que não serviam para o processo, o lumpemproletariado. Na sua acumulação ampliada, com a criação de um exército industrial de reserva cada vez qualificado e extenso, com a multiplicação do proletariado. Parece que não só o lumpemproletariado se torna alvo das restrições e aviltamento desse modo de produção, se expande globalmente a exploração destrutiva da humanidade na medida em que se expande a acumulação ampliada do capital. Somado a esse processo temos a destruição cada vez mais intensa dos recursos naturais em prol do desenvolvimento de rapina dos monopólios e da necessidade crescente de valorização do capital. Agregados ao egoísmo das relações sociais, criados a partir de um trabalho exploratório e escravizador.

Quanto aos negros e índios, que foram os que mais sofreram com os processos de rapinagem do imperialismo, o seu estágio enquanto classe explorada pelo capital continua. Na fase atual sobre a forma de “Estado de Exceção”, a presença da lei, mas a disjunção da mesma com a realidade. Como nos traz Agamben: “O totalitarismo moderno pode ser definido nesse sentido, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos, que por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político.” (2004, p.13). Os direitos burgueses e as suas exclusões, o capital que exclui e deixa milhares de fora do seu processo, restando a eles a constância com a violência e com a miserabilidade desse sistema.

Os massacres a determinados segmentos da sociedade ao longo da história do capitalismo servem de exemplo e mostram que o capital não vê limites para sua acumulação e

que se precisar ser destrutivo como foi com determinadas tribos africanas esmagadas no processo de expansão do mesmo, como foram os índios de várias partes do globo e especialmente os americanos, que foram destroçados em prol do desenvolvimento capitalista para o Oeste. O capitalismo é criador de relações destrutivas e egoístas entre toda a humanidade, relações essas que aviltam a sua periferia a cada dia mais e explora ainda mais em busca do sobre trabalho. Parecemos chegar ao momento de que todo o exército industrial e toda a periferia são os “elos fracos” para o capital, e na medida que ele precisa dos mesmos e impõe destruição e exploração aos mesmos.

O estado hegemônico do capital, EUA, domina extensas áreas de influência do globo preparado para combater qualquer ameaça à ordem. A rapina da periferia e “expulsão” das guerras civis do seu centro, são importantes para manter o aparato militar industrial em funcionamento e em condições de contribuir para a expansão da acumulação. Isso até que se deflagre uma crise grandiosa e a capital precise para retomar a sua acumulação deflagrar uma guerra. Isso pode acontecer por brigas por territórios, por levantes internos e por ataques da periferia.

Marx nos deixou um alerta,

Essa “alienação” [Entfremdung] para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos práticos. **Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírica humana, dada não no plano local, mas no plano histórico-mundial) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generaliza a escassez e, portanto, com a carestia, as lutas pelos gêneros necessários recomeçariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal), tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, histórico-mundiais, são postos no lugar dos indivíduos locais. (MARX E ENGELS, 2007, p. 38 e 39. Grifo e itálico nosso).**

A “crise final” do capitalismo pode nos levar a uma revolução e implantação do socialismo como queria Marx, ou para outra forma de organização societária. Mas, não se pode descartar o colapso total, a hecatombe de barbárie, pois as ameaças as condições de continuação da humanidade já existem. No feudalismo não havia possibilidade de se derrubar toda a humanidade, visto que aconteceu com maior incidência na Europa e não havia ali o desenvolvimento de condições destrutivas como temos hoje.

O desenvolvimento do aparato “militar-industrial” de hoje, mais avançado do que o da Segunda Guerra é capaz de fazer estragos gigantes, como foram feitos com as bombas nucleares. A destruição da natureza em busca de ampliação da acumulação segue a toda velocidade.

Marx identificou, na citação anterior, o momento de avanço da produção e escassez, como o momento da necessidade de se fazer uma revolução frente a tamanha miserabilidade imposta pelo capital. Se o capitalismo nos levará ao colapso total não é fácil de prever, já que estamos falando de um longo período temporal. Mas, que as relações estabelecidas no atual estágio e o poder destrutivo desse sistema, que conflagrou uma barbárie contra, certamente é um fator de extremo perigo a continuidade da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos o atual estágio do capitalismo como um potencial destrutivo da humanidade, frente a acumulação ampliada do capital e as perturbações que essas representam globalmente. Os países centrais já sofrem os reflexos da política imposta a periferia, de repasse das crises e guerras civis. A periferia tem sido rapinada e explorada de uma forma tão ampliada, que surge como reação a essa exploração, uma ofensiva de pessoas que tentam sair das condições de miserabilidade e alçar a estabilidade.

O estágio atual parece ser de falência do controle do capital central em permanecer-se fechado, a instabilidade na periferia tem aumentado o número de imigrações para a Europa. Ou seja, se espoliou e expulsou as guerras civis e a crise para a periferia durante tantos séculos, oprimiu-se e explorou-se tanto, que surge como movimento contrário a necessidade de sair da instabilidade da periferia e adentrar a “estabilidade” do centro. Essa relação provavelmente vai abalar as estruturas do centro, não são simples imigrações ilegais. Imigrações sempre ocorreram na história da humanidade, no período atual elas tem se intensificado pela miserabilidade da lógica de acumulação de um modo produção.

A necessidade de se chegar a estabilidade e poder viver, faz com os periféricos se “revoltem” contra a periferia.

De acordo com dados da ONU (Organização das Nações Unidas), cerca de 2,5 mil imigrantes se afogaram no mar Mediterrâneo neste ano vítimas dos muitos barcos superlotados que tentam chegar à costa da Itália e da Grécia. O fluxo de pessoas desesperadas que parte da Síria e do norte da África na tentativa de alcançar a Europa já é muito maior que o registrado no mesmo período do ano passado. (PETER, 2015)¹⁰

Como formas de barrar esse aumento da rebelião imigratória da periferia, a UE (União Europeia), se uniu em busca de um pacote de reformas para o controle das imigrações ilegais.

Na próxima quinta-feira, líderes da UE se reunirão mais uma vez em caráter de emergência para debater a crise, que se intensificou no último fim de semana. A chefe de Relações Internacionais do bloco, Federica Mogherini, disse que o pacote é uma "forte reação da UE diante da tragédia" e indica haver "um novo senso de urgência e disposição política" diante da questão. "Estamos desenvolvendo uma verdadeira solidariedade europeia no combate ao tráfico de pessoas - finalmente." As medidas incluem um aumento dos recursos financeiros do Frontex, órgão que administra a Tritão, e um aumento da área coberta por esta operação. (Autor desconhecido, 2015)¹¹

¹⁰ Acessado em: “O que há por trás da crise de imigrantes na Europa?”, <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/o-que-ha-por-tras-da-crise-de-imigrantes-na-europa.html>>

¹¹ Acessado em: “UE anuncia pacote de medidas para crise de imigração no Mediterrâneo”, <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150420_regras_ue_imigrantes_rb>

Como forma de combate a essa conjuntura, a “UE”, tem se reunido em torno de maior militarização e proteção das suas fronteiras, para expulsar os rebelados imigrantes. Cresce com isso a coincidência dos nacionalismos e das teorias conservadoras em torno desses imigrantes. Discursos como esse estão espalhados para todo os contos do globo, Donald Trump, pré-candito ao *estado hegemônico do capital*, fala em fazer um muro para separa-se do México e das imigrações provenientes dele a muitos anos. Um capitalista ao extremo, que entende a necessidade da periferia, mas enquanto periferia explorada. Não como periferia que quer adentrar a estabilidade do seu estado e trazer consigo as ameaças a instabilidade.

Essa fase atual não parece ser só uma fase de colapso da democracia enquanto sistema de governo do capital, a democracia burguesa tem por si um caráter violento, porém cresce os discursos radicais e conservadores por toda a parte do mundo. O momento atual do capitalismo parece ser um momento de extremo perigo a humanidade, caso aconteça uma crise global e aguda, o cenário parece ser bem desanimador.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar c1992.
- Autor desconhecido. “**UE anuncia pacote de medidas para crise de imigração no Mediterrâneo**”. BBC, 20 abril 2015. Acessado em 10/07/2016:
<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150420_regras_ue_imigrantes_rb>.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Loyola 2011.
- LENIN, Vladimir. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. – Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.
- LESSA, Sérgio. **SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PORQUE O SERVIÇO SOCIAL NÃO É TRABALHO**. 2ª edição – Instituto Lukács, São Paulo, 2012.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: IBRASA 1963. xviii, 157 p. (Classicos da democracia ; v.11).
- LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida, SP: Idéias & Letras 2006.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2013.
- MALTHUS, T. R. **Princípios da economia política: e considerações sobre a sua aplicação prática**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 387p (Os economistas).
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MÉSZÁROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo: Boitempo 2003.
- _____ **Para além do capital : rumo a uma teoria da transição**. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Grundrisse : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____ **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo, 2004.
- _____ **MARX (OS ECONOMISTAS 6)**. O Capital, Livro I, volume I. Ed.1- São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- _____ **MARX (OS ECONOMISTAS 6)**. O Capital, Livro I, volume II. Ed.1- São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- MARX E ENGELS. **A ideologia alemã : crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauere Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo : Boitempo, 2007.
- _____ **Manifesto Comunista**. São Paulo : Boitempo, 1998.

NETTO E BRAZ. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PERRAULT, Guilles (Org.). **O livro negro do capitalismo**. - 3ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

PETER, Laurence. **O que há por trás da crise de imigrantes na Europa?**. G1, 29/08/2015, Mundo. Acessado em 10/07/2016: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/o-que-ha-por-tras-da-crise-de-imigrantes-na-europa.html>>.

RICARDO, Deivid. **RICARDO (ECONOMISTAS 5)**. Princípios de economia política e tributação. Ed.1- São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SIMI, Gustavo. **O fim do fim da História, ou o divórcio entre o capitalismo e a democracia**. 29 de abril de 2016. Acessado em 30/04/2016:

<<http://blogjunho.com.br/o-fim-do-fim-da-historia-ou-o-divorcio-entre-o-capitalismo-e-a-democracia/>>.

SMITH, Adam. **OS ECONOMISTAS**. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Ed.1- São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TONET, Ivo. *Expressões Sócio-Culturais da Crise Capitalista na Atualidade*. In: CFESS/ABEPS (Orgs.) Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS, 2009.

VICENTINO, Claudio. **HISTORIA GERAL (COL. NOVOS TEMPOS)**. 1ed. Editora Scipione, 2000.

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.